

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**TAÍS MARTINS CAMORETTO**

**POLÍTICA PÚBLICA DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA: O CASO DA  
IMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO BRASIL NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA - RS**

**São Borja  
2024**

**TAÍS MARTINS CAMORETTO**

**POLÍTICA PÚBLICA DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA: O CASO DA  
IMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO BRASIL NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA - RS**

Relatório de Defesa Final apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Ronaldo Bernardino Colvero

**São Borja - RS  
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

C185p CAMORETTO, Taís Martins

POLÍTICA PÚBLICA DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA: O CASO DA  
IMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO BRASIL NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA - RS

/ Taís Martins CAMORETTO.

75 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,  
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2024.

"Orientação: Ronaldo Bernardino COLVERO".

1. Municipalização . 2. Políticas públicas. 3.  
Implementação. I. Título.

**TAÍS MARTINS CAMORETTO**

**POLÍTICA PÚBLICA DE REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA: O CASO DA  
IMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO BRASIL NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA -  
RS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Políticas Públicas.

Dissertação defendida e aprovada em: 30/04/2024.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero Orientador  
UNIPAMPA - PPGPP

---

Prof. Dr. Domingos Sávio Campos de Azevedo  
UNIPAMPA - PPGPP

---

Prof. Dr. Muriel Pinto  
UNIPAMPA - PPGPP

---

Prof. Me. Luis Andre Antunes Padilha  
UNIPAMPA

---



Assinado eletronicamente por **LUIS ANDRE ANTUNES PADILHA, ADMINISTRADOR**, em 01/05/2024, às 21:55, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

---



Assinado eletronicamente por **MURIEL PINTO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 06/05/2024, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

---



Assinado eletronicamente por **RONALDO BERNARDINO COLVERO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/05/2024, às 21:22, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

---



Assinado eletronicamente por **DOMINGOS SAVIO CAMPOS DE AZEVEDO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 05/06/2024, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1429517** e o código CRC **16ACC760**.

---

Dedico este trabalho à minha avó  
Clemência e à minha mãe Ronilda.

## **AGRADECIMENTO**

Ao Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Aos professores Davide Carbonai, Cesar Filomena, Tiago Martins e Solange Berwig.

Ao Dr. Muriel Pinto.

Ao Mestre Luís André Padilha.

Serei eternamente grata aos professores que me instruíram ao longo da formação, não apenas pelos conhecimentos acadêmicos, mas pelas conversas informais, pelos conselhos de vida.

Sou muito grata por poder contar com profissionais tão competentes e dedicados. Obrigada pela parceria, pela forma como as coisas funcionaram.

E aos colegas que me acompanharam nesta jornada, em especial, a cientista política Julia Corrêa.

A tecnologia moderna é capaz de realizar a produção sem emprego. O diabo é que a economia moderna não consegue inventar o consumo sem salário.

Herbert José de Souza

## RESUMO

O presente trabalho, desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Mestrado Profissional na área de Ciência Política e Relações Internacionais, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) segue uma proposta de Estudo de Caso simples, de caráter exploratório, quantitativo e qualitativo, com levantamento de dados, pesquisa bibliográfica e aplicação de entrevistas abertas. Teve como origem a reflexão acerca da correlação entre a implementação de uma política pública nova e abrangente, o Auxílio Brasil, e o perfil gestor do município de São Borja. O estudo utiliza dados locais do ano de 2020 até o ano de 2024, com olhar apurado sobre normas de implementação de políticas públicas, compliance, accountability e instrumentos de governança, analisando a influência que tais elementos relacionados à autonomia política municipal. Dois objetivos nortearam a busca por informações. Foram eles: Compreender e analisar o processo de implementação de uma política pública intersetorial na prática; Constatar através da análise a forma tomada pelo projeto da política pública na realidade social no município de São Borja - RS. A municipalização ainda é um fenômeno recente, desta forma, objetivou-se compreender melhor sua situação, analisando o contexto das ações desenvolvidas atualmente no âmbito local. Diante dos dados levantados foi possível aferir que não há um planejamento de implementação de políticas públicas federais no município de São Borja que tenha objetivos globais. A implementação de fato acontece, no entanto carece de aprimoramentos. As demandas locais são sanadas a curto prazo de forma emergencial em razão da demanda e da sobrecarga organizacional. Face aos resultados preliminares, foi proposto um produto técnico no formato audiovisual que contenha diretrizes que possam contribuir para seu desenvolvimento, bem como a elaboração de uma metodologia de coleta de dados que possam fomentar a aplicação do conhecimento científico nas instituições, propiciando subsídios válidos para o desenvolvimento de outros estudos.

Palavras-Chave: Políticas públicas; Implementação; Municipalização;

## **ABSTRACT**

The present work, developed in the Postgraduate Program in Public Policies, Professional Master's Degree in the area of Political Science and International Relations, at the Federal University of Pampa (UNIPAMPA) follows a simple Case Study proposal, of an exploratory, quantitative and qualitative nature. , with data collection, bibliographical research and application of open interviews. It originated from reflection on the correlation between the implementation of a new and comprehensive public policy, Auxílio Brasil, and the management profile of the municipality of São Borja. The study uses local data from 2020 to 2024, with an in-depth look at public policy implementation standards, compliance, accountability and governance instruments, analyzing the influence that such elements have on municipal political autonomy. Two objectives guided the search for information. They were: Understanding and analyzing the process of implementing an intersectoral public policy in practice; Verify through analysis the form taken by the public policy project in the social reality in the municipality of São Borja - RS. Municipalization is still a recent phenomenon, therefore, the aim was to better understand its situation, analyzing the context of actions currently developed at the local level. Given the data collected, it was possible to determine that there is no planning for the implementation of federal public policies in the municipality of São Borja that has global objectives. The implementation actually happens, however it needs improvements. Local demands are resolved in the short term on an emergency basis due to demand and organizational overload. In view of the preliminary results, a technical product in audiovisual format was proposed that contains guidelines that can contribute to its development, as well as the elaboration of a data collection methodology that can encourage the application of scientific knowledge in institutions, providing valid subsidies for the development of other studies.

**Keywords:** Policy; Implementation; municipalization;

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Comparação do salário mínimo nominal com o salário mínimo necessário	23
Figura 2 – Programa Auxílio Brasil	24
Proposta Provisória	
Figura 1 – Índice de concentração de renda entre países	50
Figura 2 – Relatório de óbitos da pastoral da criança	55
Figura 4 – Estrutura relacional da secretaria de desenvolvimento social	64
Figura 5 – Percentual de famílias em situação de vulnerabilidade social de acordo com a renda no Rio Grande do Sul	68
Figura 6 – Famílias cadastradas no CadÚnico do estado do Rio Grande do Sul	69
Figura 7 – Famílias em situação de baixa renda	69
Figura 8 - Número de benefícios do PBF concedidos no Rio Grande do Sul de 2004 à 2021	70
Figura 9 - Benefício de Superação da Extrema Pobreza	70
Figura 10 – Poder de aquisição de alimentos para os beneficiários do PBF no Rio Grande do SUL	71
Figura 11 – Evolução do valor médio do benefício, valores nominais, em reais (R\$)	73

## LISTA DE ABREVIATURAS

ONG. – Organização Não Governamental  
OMS. – Organização Mundial da Saúde Cadúnico – Cadastro Único  
PBF – Programa Bolsa Família  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
CMAP – Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais  
CMAS – Comitê de Monitoramento e Avaliação de Subsídios da União  
CECAD - Consulta Seleção e Extração de Informações do Cadúnico  
SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão Informação  
SUAS – Sistema Único de assistência Social.  
PIB – Produto Interno Bruto  
CIG – Comitê Interministerial de Governança  
TAC – Taxa de Atualização Cadastral  
IGD – Índice de Gestão Descentralizada  
IGD-M – Índice de Gestão Descentralizada Municipal  
IGD-E – Índice de Gestão Descentralizada Estadual  
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social  
FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
SENARC – Secretaria Nacional de Renda e de Cidadania  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico  
CADÚNICO - Cadastro Único  
CF - Constituição Federal  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística  
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
Helena – Pseudônimo usado para anonimizar dados de entrevistado  
Flavia – Pseudônimo usado para anonimizar dados de entrevistado

## **SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
COMPONENTES CURRICULARES CURSADOS	17
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	18
TRABALHOS APRESENTADOS	19
PUBLICAÇÕES	19
OUTRAS ATIVIDADES	20
<b>2. PROJETO PROPOSTO</b>	<b>20</b>
TEMA	20
JUSTIFICATIVA	25
PROBLEMA	27
OBJETIVOS	28
METODOLOGIA	29
REFERENCIAL TEÓRICO	30
<b>3. PROPOSTA PROVISÓRIA</b>	<b>36</b>
Sumário Provisório	36
Introdução	36
Políticas públicas: fundamento e competência	40
O papel da gestão Municipal	43
Articulação setorial de Políticas Públicas no processo de implementação	46
Política de gestão	56
A proposta de pesquisa	65
O impacto Auxílio Brasil	71
O produto técnico como ferramenta de compartilhamento de saberes	80

Considerações finais	83
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICES	89
PRODUTO TÉCNICO	89
Produto 1	93
Produto 2	94
Produto 3	95
Produto 4	96

## **Introdução**

O programa Auxílio Brasil foi uma proposta complexa implementada em um período pós-pandêmico. Inspirado no Auxílio Emergencial e em diversos outros programas já existentes no cenário nacional. A medida buscou aglutinar sobre o espectro do cadastro único intervenções comportamentais cumuladas à transferência de renda e aos condicionantes nos núcleos familiares beneficiários do programa.

Regulamentado pela medida provisória Nº 1.061, de 9 de agosto de 2021 e revogada pela medida provisória Nº 1.164, de 2 de março de 2023, o Auxílio Brasil teve vigência por 18 meses. Ainda que tenha sido um período breve de implementação, foi suficiente para demonstrar o perfil gestor dos municípios, visto que a medida deu margem a discricionariedade e fomentou a comunicação intersetorial.

A implementação de políticas públicas é um passo importante da proposta, seja ela uma reformulação feita por um gestor experiente ou uma iniciativa inovadora para responder um problema público emergente. As políticas institucionais se amparam na clareza do problema e do produto para que seja possível fazer a entrega de um programa que justifique a política pública.

A natureza de uma política pública social é formular uma estratégia ou várias estratégias para a resolução de problemas públicos complexos. Trazer uma solução não significa solucionar o problema definitivamente com poucas ações, mas promover uma estratégia que cause impacto nas várias raízes de um problema. Ao atingir a sociedade a política pública deve promover efeitos satisfatórios que no caso de uma política pública social implica na mudança de comportamentos que refletem na estrutura social, cultural e econômica das pessoas.

As estratégias se formam pautadas pelo entendimento de um governo político que deve seguir os princípios balizadores da constituição brasileira. Nesse sentido, o processo de implementação busca uma recepção positiva contribuindo na padronização de medidas eficientes e na identificação de

problemas.

Neste trabalho abordaremos os procedimentos de implementação do Auxílio Brasil no município de São Borja-RS. A finalidade da análise é dar visibilidade para a esfera municipal na implementação de políticas públicas federais, não apenas porque são ações federais mas, porque visam combater um inimigo comum, a desigualdade social. A coleta de dados será empreendida através de entrevistas abertas com os gestores municipais e estaduais. Serão elencados ainda dados relacionados ao tema, coletados através de sites relacionados a política pública bem como informações de organizações nacionais e internacionais.

No tratamento dos dados utilizar-se-á o método científico heurístico, visto que este emprega uma seleção de narrativas que devem ser destacadas para construir o objeto de estudo. Outrossim, o elemento crítico será incorporado para verificar a validade da perspectiva construída sobre o objeto. O subsídio dos elementos supracitados, bem como as demais técnicas de interpretação, aplicados nesta pesquisa se baseiam na obra de Astor Antônio Diehl, *Do Método Histórico* (2001).

A pesquisa científica aplicada à análise de implementação de políticas públicas, neste caso, propõe-se utilizar o método histórico apoiado nos componentes regulativos da pesquisa: a heurística, a crítica e a interpretação, a fim de abordar a implementação do Auxílio Brasil no município de São Borja - RS no período de novembro de 2021 a janeiro de 2023. Outrossim, a pesquisa valer-se-á de técnicas de pesquisa e levantamento de dados bibliográficos e quantitativos com o intuito de abranger particularidades locais como variáveis de análise.

Partindo do pressuposto da finalidade das políticas públicas de redistribuição de renda, o estudo faz-se relevante na medida em que fomenta o processo de análise da gestão municipal e indica o comportamento do ente federado na administração de questões de forma autônoma, eficiente, e eficaz.

A técnica de entrevista aberta será aplicada pois permite ao entrevistado argumentar sobre as condições da tomada de decisões e principalmente os resultados esperados em circunstâncias particulares. Conforme anteriormente aludido, a pesquisa irá valer-se de outras fontes de dados, no entanto em razão

do aspecto sociológico da obra os dados empíricos nortearão a análise (Souza, 2022).

Não obstante, cabe ressaltar que existem vários mecanismos de intervenção social classificados como política pública, e em que cada gênero de classificação encontra diferentes tipos de organização durante o percurso de implementação que não se restringem à hipótese do formulador. No entanto, o enfoque da obra andarà sobre uma política pública de redistributivas - Auxilio Brasil - que é caracterizado pelo objetivo de promover a ascensão socioeconômica<sup>1</sup> de camadas mais baixas da sociedade (Lowi, citado por Secchi, 2014)

O insumo para sistematização e análise dos dados empíricos do primeiro capítulo provém de entrevistas abertas com a finalidade de trabalhar o assunto de forma irrestrita, privilegiando a perspectiva do entrevistado. Os atores políticos entrevistados são coordenadores de implementação de políticas públicas em componentes diferentes de administração - municipal, estadual e nacional. A técnica de entrevista aberta foi utilizada pelo pesquisador para obter o maior número de informações possível sobre um tema, segundo a visão do entrevistado, incorporando sua experiência e conhecimento técnico.

Como elemento complementar técnico, utilizou-se o software de análise qualitativa MAXQDA. O software beneficia a análise da entrevista permitindo o destaque de indícios que podem constituir e organizar relações de causalidade ou correlação, para a estruturação de evidências.

O objetivo deste período é compreender os aspectos que compõem a atividade dos gestores de políticas públicas sociais; De forma mais específica, compreender a implementação de políticas públicas através de exemplos de algumas propostas de intervenção brasileiras. Ademais, destacar a importância do monitoramento na construção do conhecimento acerca das políticas públicas.

A clareza e a interpretação dos dados aqui trabalhados irão promover um melhor entendimento do processo de implementação na gestão local. Tendo em vista que, mesmo com o amadurecimento da proposta o fator local, político e econômico, pode ser um obstáculo que requer um preparo analítico crítico do

---

<sup>1</sup> O conceito de socioeconomia foi empregado no sentido de referir-se a um conjunto de variáveis subjetivas que determinam as classes sociais, como saúde, educação e renda.

implementador.

No segundo capítulo a base do produto é descrita de forma específica direcionada para a política base em análise dentro do período pesquisado, de 2021 a 2022. Neste tópico é discutida a finalidade macro da política pública relacionada à bibliografia e dados econômicos.

Doravante os dados levantados fundamentam uma visão ampla da tendência de gestão do município, o possível impacto positivo da política pública no ambiente, contribuições com possíveis aperfeiçoamentos na gestão municipal, bem como fornecem dados para estudos acadêmicos posteriores. Desta forma, a fim de aplicar o conhecimento reunido neste conjunto realizou-se um produto técnico para ampliar o alcance do conhecimento acadêmico. Com vista, produzido para promover a disponibilidade de conteúdo sobre a implementação de políticas públicas na plataforma oficial do Mestrado Profissional em Políticas Públicas no Youtube de forma gratuita.

O produto técnico desenvolvido dar-se-á em um modelo audiovisual, formado por quatro vídeos de dez a vinte minutos com as seguintes temáticas:

- Conceito de políticas públicas; o modelo adotado no Brasil; conceito de Welfare State e modelos;
- O papel do gestor municipal na implementação: Atribuições; o perfil humano; sugestão de ações; Boas Práticas; Orçamento Público: Políticas públicas e a estrutura descentralizada, responsabilidades administrativas. Descentralização política e administrativa;
- Qual a finalidade das políticas de redistribuição de renda e a sua importância; Municipalidade; Capital social e econômico; desigualdade; Bem estar social.
- Conceito de desenvolvimento regional; Estratégia; Participação Social; Inovação; Gestão voltada para pessoas.

Os produtos contra com a colaboração de professores doutores permanentes do programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas

### **Políticas públicas: fundamento e competência**

O bem estar do cidadão é garantido constitucionalmente. A constituição da República Federativa do Brasil de 1988, através dos direitos fundamentais, prevê uma série de condições que compõem o ideal de welfare state<sup>2</sup> do ponto de vista dos constitucionalistas brasileiros. Os direitos estabelecidos na Constituição buscam orientar o desenvolvimento do Brasil a fim de promover um Estado menos desigual. Para o economista indiano Amartya Kumar Sen:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Apesar de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas - talvez até mesmo à maioria. (Sen, 2000, p. 18)

Desta forma o autor aborda a intersecção de fatores que permeiam as desigualdades sociais ampliando a noção de desenvolvimento econômico no sentido de contemplar questões sociais inerentes à realidade humana. Os direitos fundamentais, traz a preocupação com promoção e garantia dos direitos relacionado a dignidade humana. São eles, previstos do art. 5º ao 17 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, podem ser classificados em cinco grupos, a saber: 1) direitos individuais; 2) direitos coletivos; 3) direitos sociais; 4) direitos à nacionalidade, e 5) direitos políticos. A previsão constitucional dos direitos e garantias é extensa, visto que apenas no art. 5º existem 78 incisos.

Do art. 6º ao 11 estão listados os direitos sociais que temporalmente podem ser classificados como direitos de segunda geração. Os direitos sociais estabelecem preceitos de participação econômica no sentido social, ou seja, garantir que a população se beneficie e participe do desenvolvimento. Estes elementos podem ser percebidos uma vez que a CF elenca como direito elementos que são fruto do desenvolvimento econômico como transporte, moradia e previdência social.

---

<sup>2</sup> O Estado de bem-estar social, é um conceito de governo em que o Estado ou as instituições atuam com o objetivo de proteger e promover o bem-estar econômico e social dos cidadãos, desta forma, os programas de combate à pobreza também podem ser considerados aspectos do Welfare State. O termo abrange uma variedade de formas de governo. O conceito está estabelecido sobre os princípios da igualdade de oportunidades, da distribuição equitativa da riqueza e da responsabilidade pública para aqueles que não conseguem usufruir das provisões mínimas para uma vida boa. Ver mais em: Kerstenetzky, Celia Lessa. O estado do bem-estar social na idade da razão : A reinvenção do estado social no mundo contemporâneo – Rio de Janeiro : Elsevier, 2012.

O estado na sua constituição tem a pretensão de superar as desigualdades e nesta seara as políticas públicas em seus diversos aspectos tentam consolidar os direitos previstos constitucionalmente. Ademais, as políticas públicas que intervêm sobre a vida de pessoas em situação de vulnerabilidade social atuam resguardando o direito à vida conforme aborda o excelentíssimo ministro do Supremo Tribunal Federal:

A Constituição Federal proclama, portanto, o direito à vida, cabendo ao Estado assegurá-lo em sua dupla acepção, sendo a primeira relacionada ao direito de continuar vivo e a segunda de se ter vida digna quanto à subsistência. (Moraes, 2014, p.36)

As políticas públicas atuam atacando os diversos problemas que existem no percurso dos indivíduos para que eles cheguem a efetivar os direitos de forma plena visando a igualdade de condições. O exercício do emprego, por exemplo, é um direito social, no entanto para exercer este direito o indivíduo é selecionado pelo mérito e qualificação comparado a um concorrente, inclusive na seara do concurso público.

As intervenções das políticas públicas tornam o cenário mais competitivo e mais qualificado visto que disponibilizam seus serviços globalmente. Atuando não somente como impulsionador, mas com um caráter preventivo, a exemplo temos a escola pública que é um guarda-chuva de políticas públicas diversas, que implicam no futuro do cidadão.

A política pública de transferência direta de renda tenta resolver um problema público brasileiro que tem nos acompanhado através do desenvolvimento sem vislumbres de erradicação - a pobreza e a extrema pobreza. A lógica empregada neste mecanismo busca sanar de forma imediata necessidades básicas através da prestação de valores que subsidiam esse recurso.

O intuito da medida é romper com o ciclo intergeracional da pobreza e neste percurso o programa passou por várias adaptações a nível nacional. Nesta obra entende-se que as ações locais têm também um grande potencial de surtir efeitos sobre as políticas públicas, no entanto em razão da alternância política seus efeitos podem ser menores havendo descontinuidade de projetos aplicados a um período de curto prazo.

As políticas públicas são estratégia de promoção da cidadania. Os profissionais de ciência política que estudam as políticas públicas recomendam

que a formulação envolva vários profissionais de várias áreas do conhecimento para que a medida se torne exequível. Incorporando áreas do conhecimento político (prioridades definidas entre legislativo e executivo), jurídico (em acordo com os princípios constitucionais), econômico (estrutura que gera benefício), financeiro (equilíbrio da arrecadação e dos gastos) e conhecimento técnico (os gestores públicos).

Outro fator determinante é a legitimação da política pública no território de aplicação. O domínio do contexto local de implementação auxilia na efetividade, ademais "...a visão estratégica dos órgãos executivos é fundamental, pois localmente é possível ter acesso à realidade de cada município, e assim, garantir aplicação das premissas das políticas públicas em prol da cidadania." (Dalcin; Kauchakje, 2015, p. 206)

O ideário político tem poder sobre as prioridades da agenda de governo para implementação de políticas públicas. O Programa Bolsa Família - PBF<sup>3</sup> é uma política pública de Estado, prevista em lei, para além disto a grande demanda do benefício gera pressão política que garante a sua continuidade. A importância do programa é reconhecida internacionalmente e hoje com 20 anos este continua buscando romper com o ciclo intergeracional da pobreza.

Embora seja uma política pública específica o PBF interliga três setores do Estado: a saúde, a educação e a assistência social; desta forma, existe a expectativa de que no âmbito local estas três esferas atuem coordenadamente para promover o bem público. Ou seja, na execução devem congrega atores políticos, técnicos, gestores, e a sociedade.

Diante das inúmeras demandas da sociedade, o programa atua priorizando a intervenção através da transferência de renda e da promoção de saúde e educação, para que os beneficiários possam desenvolver-se e sair da situação de vulnerabilidade social.

### **O papel da gestão Municipal**

A organização da república federativa do Brasil conta três entes federativos a fim de atender a grande demanda populacional na diversidade de

---

<sup>3</sup> Embora reformulado no ano de 2021 recebendo o Nome de Auxilio Brasil, a nova proposta foi uma reinterpretção política que ampliou a premissa original.

biomas em uma vasta extensão territorial. Não obstante, o município tem um papel importante junto à união, desde a concessão de sua autonomia em com a constituição de 1998.

O município desta forma fica obrigado a cumprir os princípios da administração pública previstos no art. 37 da Constituição Federal; Os princípios são: a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Os princípios desempenham um papel importante na orientação da administração pública para a consolidação do estado democrático de direito e devem ser observados em todos os atos e disposições. Independente da motivação, nenhum agente público pode sobrepor um princípio.

Um fundamento que será destacado neste trabalho é o da eficiência, visto que este princípio tem o intuito de valorizar a relação da administração com o recurso disponível, estabelecimento de metas e resultados da aplicação do recurso. Outrossim, para que o Brasil seja um país desenvolvido, as unidades federadas devem acompanhar de forma autônoma este processo. Os municípios desta forma, ocupam um papel central no desenvolvimento do país.

Do ponto de vista legal o município possui atribuições específicas, atuando sobre a gestão local, consoante art. 30 da CF. Ademais existem competências que são compartilhadas entre os entes federados. Uma das esferas compartilhadas é a assistência social que, conforme art. 6º da Lei nº 8.742/1993, é descentralizada e participativa. Mesmo nesta estrutura descentralizada existe um sistema de unificação denominado SUAS- Sistema Unificado de Assistência Social.

O SUAS é integrado pelos três níveis de administração pública, no entanto não há hierarquia entre os entes em sua atuação. O município é a menor unidade da federação, desta forma, é ele quem tem contato direto com o cidadão de maneira integrada com a realidade local. O poder público no município está distribuído entre a prefeitura (executivo) e a câmara municipal (legislativo). No âmbito municipal é possível observar os menores recortes da sociedade, também onde se percebem mais facilmente os efeitos de uma política pública e os desvios de implementação, sejam eles bons ou ruins.

Alguns municípios compartilham particularidades regionais, mas a nível nacional não é possível falar-se de forma generalista. Ademais, mesmo os

municípios que possuem uma geografia compartilhada podem possuir construções históricas distintas e interpretações diferentes quanto à solução de problemas comuns.

A diversidade na composição dos municípios cultural, sócio econômica e populacional promove um desafio à federação na implementação de políticas públicas, visto que, apesar da autonomia dos entes federados a característica de soberania é da união, que em termos de assistência social concentra grande parte dos recursos.

Na esfera de governo municipal o prefeito exerce um mandato eletivo de quatro anos. Neste período, o prefeito escolhe livremente quem serão os ocupantes dos cargos de gestão de cada secretaria do município. Os secretários geralmente fazem parte da base de apoio partidário do prefeito, e irão atuar sob a sua coordenação na gestão de suas pastas.

Para que a implementação de uma política pública funcione no âmbito da municipalidade, ela precisa de uma instrumentalização técnica especializada, não apenas porque a autonomia ainda é recente neste ente federado, mas porque a especialidade melhora os resultados. Ademais, é fático o entendimento de que os "... agentes políticos e servidores, que levarão a efeito os atos de governança, para o que se exige a formação e a mobilização de competências específicas, de conteúdo técnico e político" (Bergue, 2020 *apud* Padilha, 2023).

A implementação de políticas públicas é um passo importante da proposta, seja ela uma reformulação feita por um gestor experiente, ou uma iniciativa inovadora para responder um problema público emergente. As políticas institucionais se amparam na clareza do problema e do produto para que seja possível fazer a entrega de um programa que justifique a política pública.

A natureza de uma política pública é trazer a resolução de problemas públicos enfrentados pela sociedade. Nesse sentido, a medida deve ser adequada para que haja uma recepção positiva e transparente contribuindo na padronização de medidas eficientes e na identificação de problemas.

O monitoramento deve ser uma ferramenta parceira do implementador, visto que só desta forma o agente consegue quantificar os efeitos do seu

trabalho. A maioria das políticas públicas na área social almeja transformações na classe econômica e social dos beneficiários. Mensurar esses resultados requer tempo e assiduidade no monitoramento e quando falamos de tempo a medida se refere a décadas para o acompanhamento do desenvolvimento dos beneficiados.

O baixo orçamento municipal torna importante que o gestor público local, ao assumir uma pasta, priorize ações que já estão em andamento. Considerar o planejamento, o estabelecimento de metas e conhecer a realidade local é muito importante durante a gestão pois observar esses preceitos é administrar com responsabilidade e objetividade evitando decisões improvisadas.

Por ser o ente federado mais próximo da população, a gestão municipal é sempre a primeira a ser atingida nas urgências de demandas sociais. Desta forma, a presença de um plano estratégico de gestão incluído no orçamento público é de suma importância. Fator que impõe um domínio sobre o planejamento, o que facilita a utilização dos recursos e corrobora para a articulação com outros entes ou até mesmo entre as secretarias municipais para a gestão de uma demanda.

Uma vez que o modelo de contabilidade pública no Brasil utiliza o orçamento-programa criado pelo decreto-lei 200 de 1967, que dispõe a ênfase do orçamento a serviço de um programa de governo, a governabilidade se torna a capacidade de gestão de projetos para alcançar resultados. Nesta perspectiva, a baixa qualidade na gestão e implementação de projetos na esfera municipal afeta a governabilidade, outrossim:

As exigências do projeto de governo põem em prova a capacidade de governo e a governabilidade do sistema. A governabilidade do sistema, por fim, impõe limites ao projeto de governo e faz exigências à capacidade de governo. (Matus, 1991, p.35)

Em regra as políticas públicas governamentais para serem implementadas já trazem em seu texto objetivos a curto e longo prazo. Os condicionantes<sup>4</sup> do Bolsa Família, por exemplo, buscam a curto prazo, para além da prestação financeira, manter o acompanhamento das famílias através

---

<sup>4</sup> Os programas de Transferência Condicionada de Renda (TCR) compõem as ações de proteção social e combate à pobreza em diferentes países. Destinam-se às famílias que vivem em contextos adversos, tais como as dificuldades de acesso e consumo de alimentos em quantidade e qualidade satisfatória (BURLADY, p.1442. 2007)

da permanência escolar e acompanhamento nutricional (pesagem) e vacinal; A longo prazo, busca o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza e a inclusão destas pessoas no mercado de trabalho, entre outros objetivos.

### **Articulação setorial de Políticas Públicas no processo de implementação**

A abordagem de políticas sociais tem sua pauta sobre os mecanismos que visam o desenvolvimento da população em situação de vulnerabilidade; A vulnerabilidade relativa à pobreza envolve multiplicidade de dimensões ou fatores de destituição que incidem de forma diferente e intensidade diversa sobre a população (Costa, Bronzo, 2012, p. 53).

As características atribuídas ao espaço, como a cultura, economia e a política, podem incidir no peso das variáveis tornando mais difícil o processo de identificação dos indicadores que afetam negativamente uma determinada população (Santos, 1985, p. 12-13). Para o processo de implementação o conhecimento das características populacionais é imprescindível para a formulação do processos e principalmente para aferição de informação, visto que cada região brasileira possui uma forma de expressão distinta.

Algumas características podem ser mensuradas quantitativamente com como sexo, idade, renda, nível de instrução, no entanto existem particularidades que exigem uma percepção mais sensível do ponto de vista estratégico de implementação. Como um passo operativo, o entendimento que uma determinada comunidade tem sobre a figura de autoridade é uma particularidade importante que pode ser destacada qualitativamente.

Sobre a importância do conhecimento das características populacionais podemos usar como exemplo da revolta da vacina de 1904. A revolta surge da falha metodológica da implementação de uma política pública. Para o historiador Carlos Fidelis da Ponte (*apud* Dandara, 2022) a principal falha ocorreu na forma de comunicação.

Oswaldo Cruz escrevia tratados, artigos de jornal, textos de cunho acadêmico e científico que detalhavam como a vacina funcionava e os seus efeitos positivos. Mas a grande maioria da população era analfabeta ou semianalfabeta. Os críticos do médico se aproveitavam disso e utilizavam charges publicadas nos jornais, marchinhas e mesmo os boatos para ironizarem a iniciativa. Eram armas poderosíssimas que convenciam o povo. (Ponte, *apud*, Dandara, 2022)

Em análise ao conteúdo aludido, é possível afirmar que a comunicação científica foi combatida com marchinhas de carnaval. Outrossim, o choque na comunicação entre o Estado e a sociedade se dá em razão de aspectos sociais e históricos da população que não teriam sido considerados na implementação da política pública.

O Brasil possui mecanismos digitais de identificação e cadastro que amparam as políticas públicas na área de assistência social, um exemplo é o Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais. A ferramenta possui cinco objetivos que podem ser verificados no Ministério do Desenvolvimento Social, dentre eles a “Criação de indicadores que reflitam as várias dimensões de pobreza e vulnerabilidade nos diferentes territórios”, e o “Instrumento de planejamento e implementação de políticas públicas voltadas às famílias de baixa renda” (Brasil, 2018, p.7).

O CadÚnico foi criado no ano de 2001 e em razão do tempo a ferramenta passou pela influência do desenvolvimento tecnológico (Faria; Dias, 2018). Os mecanismos de mapeamento formam bancos de dados precisos que permitem a visualização numérica dos grupos, que se beneficiaram de políticas públicas, de cada segmento específico. O mecanismo busca caracterizar a pobreza identificando o perfil socioeconômico de cada família para a elaboração e aperfeiçoamento das políticas públicas (Brasil, 2018).

Do ponto de vista estratégico, tornou mais fácil focalizar as ações de implementação através deste modelo de ferramenta. De uma perspectiva generalizada, a inovação permite a celeridade, no entanto, é preciso que a questão da equidade seja também observada em razão da complexificação das relações sociais e das disparidades regionais socioeconômicas.

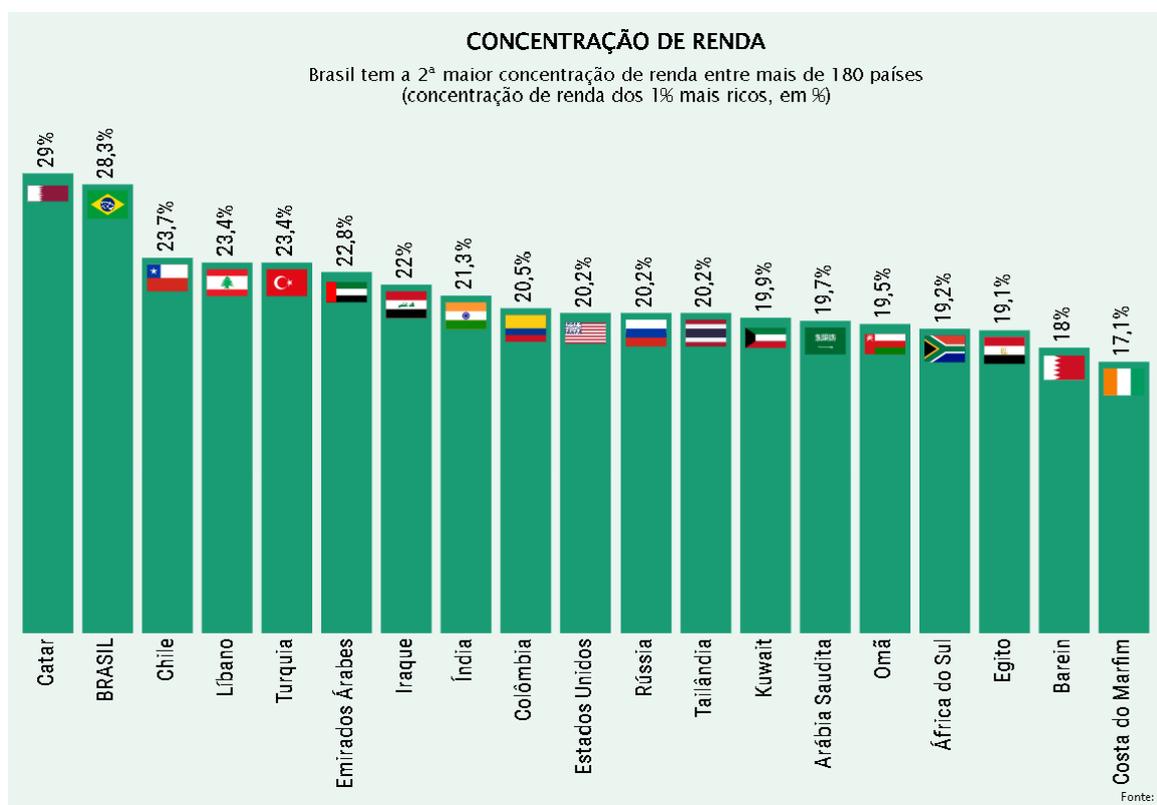
A disparidade regional torna o papel do implementador mais complexo, pois exige uma percepção das particularidades que envolvem a cultura regional. Outro aspecto importante é a necessidade de um período de tempo para que a sociedade e os agentes públicos possam incorporar as medidas de implementação, que envolvem a capacitação dos profissionais e a difusão de informações.

As particularidades regionais estão implícitas por vários fatores como de índice ou material de produção econômica, proximidade ou afastamento de

grandes centros, características históricas, índice de desenvolvimento humano, cultura política, aspectos imigração e densidade populacional, fatores climáticos e níveis de acesso a serviços públicos. A dimensão continental e os diferentes percursos históricos pelos quais se desenvolveram os estados da federação tornam a estratégia da implementação de políticas públicas a nível nacional uma tarefa ampla e multifacetada.

Quando pensado o preceito econômico, é utilizado o índice de Gini a fim de medir o grau de concentração de renda, a variação numérica é de zero a um, quanto mais próximo de zero menor o número de desigualdade. Na tabela abaixo, que se refere aos dados de 2018, podemos verificar que o Brasil ocupou a segunda posição entre os dez países mais desiguais do mundo, ficando atrás do Catar com uma diferença 0,7%.

Figura 1 - Índice de concentração de renda entre países



Fonte: Pnud, 2019 *apud* Sasse, 2021.

Ademais, os dados mencionados acima se referem ao período que precede a pandemia da covid 19. Uma pesquisa compartilhada pelo Centro de

Estudos Estratégicos da Fiocruz<sup>5</sup>, que faz a análise de correlação dos dados sociais e econômicos do período pré e pós-pandemia, aponta que o cenário corroborou para o aprofundamento da desigualdade social e econômica. Fator que implica em um cenário de retrocesso, conforme pode ser verificado com o aumento do índice da pobreza.

De acordo com projeções feitas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgada em março de 2021. Existiam no Brasil, entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021, cerca de 17,7 milhões de pessoas que voltaram à pobreza, passando de 9,5 milhões (4,5% da população) para 27,2 milhões em fevereiro (12,8% da população) (Gemaque, 2021).

No entanto, os problemas relacionados a demandas de intervenção do Estado não são distribuídos de maneira uniforme no território nacional. E por vezes o problema que se apresenta em diversas localidades não possui a mesma causa fundamental, e para ser solucionado precisa de uma abordagem diferente. Partir de um pressuposto herdado de outra região para explicar ou avaliar a pobreza gera prejuízos de interpretação, visto que o aparelho estatístico é prisioneiro de uma noção generalizada que pode não se identificar com realidade (Santos, 1979, p.7)

A União, a fim de compreender esta dimensão na implementação de políticas públicas, se ampara em estruturas descentralizadas de gestão que envolve estados, municípios e o Distrito Federal, delegando competências de participação aos entes. A gestão descentralizada permite que tanto os estados como os municípios implementem ações locais utilizando estratégias próprias, vinculadas diretamente à sua população.

A descentralização, além de corresponder às exigências de diminuição do tamanho do Estado Central, propiciaria a introdução de regras de “comportamento privado” no setor público, ao estabelecer maior concorrência no âmbito de cada esfera descentralizada de governo e ao propiciar melhores condições para a cobrança de serviços públicos eficientes por parte dos “usuários-contribuintes”. (AFONSO, p.128-129, 2000)

Ao pesquisador devem se destacar alguns parâmetros essenciais para que este realize uma análise, da ação pública, de forma que contribua para a construção do conhecimento científico a respeito do tema e do objeto. Neste sentido devem-se empregar conhecimentos a respeito da política pública, bem como, dos mecanismos usados pela política pública para identificar a causa do

---

<sup>5</sup> CEE- Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz. A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil. 2021. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil>

problema e quais os efeitos esperados.

As políticas públicas estruturadas nas áreas das ciências humanas e sociais buscam a melhoria da sociedade. Mobilizando-se através de ações pontuais e estratégicas, visam um desenvolvimento que se baseie na redução das desigualdades, na qualidade de vida e no acesso a serviços. A fim de dar início a uma estratégia de melhoria nos moldes de uma política pública social, deve-se destacar o ponto onde se observa um obstáculo de desenvolvimento na sociedade.

O obstáculo aludido acima pode ser a falta de um planejamento estratégico, um lapso de informação ou a ausência de suporte estatal a um determinado grupo social. O obstáculo pode ser o insucesso ou um resultado insatisfatório de uma política pública já existente, podendo também configurar-se em divergências no monopólio do Estado e do setor privado em áreas de fronteira, ou necessariamente a ausência do Estado na prestação de um serviço com respaldo constitucional.

Para que seja possível a formulação do entendimento sobre o problema público o policy maker<sup>6</sup>, tanto quanto o pesquisador, devem se atentar aos dados que indicam a existência de um problema real e a relevância deste para a agenda política. Ao identificar um problema público, destacada a sua importância<sup>7</sup>, o policy maker estabelece a causalidade através de indicadores, visto que a mera correlação de eventos não implica em causalidade.

Na perspectiva de Leonardo Secchi uma política pública no formato macropolítico possui dentro de si várias micropolíticas que atacam simultaneamente as causas que levam a um problema (2020, p. 10-11). Os efeitos da intervenção buscam afastar ou corrigir práticas que resultam no problema público. As políticas dentro de uma macropolítica não necessariamente agem de forma coordenada ou complementar, e podem ser implementadas tanto por atores públicos como atores privados.

A articulação do setor público que fará a implementação não apenas diz respeito a estrutura logística e material de implementação, mas também se faz necessário o desenvolvimento de ações de verificação e conhecimento no

---

<sup>6</sup> A palavra em inglês designa os gestores e formuladores de políticas públicas.

<sup>7</sup> A relevância diz respeito à entrada na agenda que viabiliza a existência da política pública, ver mais em COBB, R. W.; ELDER, C.D. *Participation in American politics: the dynamics of agenda building*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.

âmbito local. A verificação não está necessariamente ligada ao monitoramento, mas faz parte da gestão de implementação e tem a finalidade de corrigir desvios de finalidade nas ações de ponta da implementação. A proximidade do gestor local proporciona uma análise de base empírica, que por consequência atrai uma noção melhor da realidade do objeto.

### **Gestores de políticas públicas**

O Estado Brasileiro possui o monopólio político impositivo, e capacidade superior às demais entidades para agir de forma igual simultaneamente em todo o território; Ademais, tem predominância na criação e implementação de políticas públicas no âmbito social. Um ente privado que se destaca na implementação de políticas públicas sociais é a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), uma instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja Católica no País (CNBB, 2022). A CNBB é responsável pela implementação da Pastoral da Criança<sup>8</sup> que por mais de 30 anos, desenvolveu uma metodologia de acompanhamento de crianças e gestantes em comunidades vulneráveis (Pastoral da Criança, 2022).

As ações básicas promovidas pela pastoral são de proteção a gestante e a crianças de até seis anos de idade; A atividade acontece através do trabalho voluntário de membros da igreja que acompanham famílias, prioritariamente, em situação de vulnerabilidade (Pastoral da criança, 2017).

A Pastoral da Criança, na CNBB, faz parte da Comissão Episcopal Ação Sociotransformadora, que promove a capacitação de líderes que voluntariamente fazem o acompanhamento das famílias. O principal mecanismo de ação dos voluntários é a orientação e o acompanhamento, instruindo as famílias a respeito de questões nutricionais, de educação e cidadania com a finalidade preventiva, e na redução de danos (Pastoral da criança, 2017).

A pastoral é um ator político privado sem fins lucrativos que presta um

---

<sup>8</sup> Fundada em 1983, na cidade de Florestópolis, Paraná, pela médica sanitária e pediatra, Dra. Zilda Arns Neumann, com o intuito de combater a mortalidade infantil, a Pastoral da Criança hoje atua de forma permanente e ativa no Controle Social das Políticas Públicas, em todos os entes da federação, e promove Campanhas de mobilização, de realização própria e em parcerias. PASTORAL DA CRIANÇA. disponível em : <https://www.pastoraldacrianca.org.br/>. Data de acesso: 08 de set. de 2022.

serviço de interesse público. Outrossim, institucionaliza sua premissa através do Estatuto da Pastoral da Criança em seu art. 2º e do inciso I do mesmo artigo.

Art. 2º A Pastoral da Criança tem por objetivo o desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político, por meio dos seguintes programas, entre outros que sirvam às suas finalidades:

I – sobrevivência e desenvolvimento integral da criança, com as ações básicas de saúde, nutrição, educação e comunicação, sobretudo nos bolsões de miséria (Pastoral da criança, 2015).

A Organização surgiu da preocupação do Fundo das Nações Unidas com os índices de mortalidade infantil e desnutrição no Brasil em 1982 (ESTEVES, p.231 2018). A base da iniciativa foi a da capacitação e cooptação de voluntários das comunidades carentes, para atuarem na linha de frente das ações, conforme afirmou Zilda Arns em entrevista ao Roda Viva<sup>9</sup> (2001).

Ainda em entrevista cedida ao Roda Viva, Zilda Arns, discorre sobre os mecanismos de coordenação e implementação utilizados na Pastoral<sup>10</sup>. Dentre as ações elencadas para a implementação a gestora destaca a descentralização administrativa e a capacitação de agentes locais visando a autonomia e integração do programa com as comunidades (2001).

Ademais, ressalta a importância do monitoramento para a implementação de estratégias destinadas à solução de problemas (Roda Viva, 2001). Neste sentido, a Pastoral mantém de um banco de dados, Sistema de Informação da Pastoral da Criança, que pode ser acessado pelo site<sup>11</sup> da instituição, com o intuito de monitorar os resultados de suas ações, bem como, transparecer a utilização de seus recursos.

Ao acessar o Sistema de Informação da Pastoral da Criança é possível verificar uma grande variedade de dados, tanto dos agentes quanto dos usuários da política, que podem ser utilizados tanto em análises quantitativas como qualitativas, a depender do modelo de análise. Tendo em vista o caráter

---

<sup>9</sup> O Roda Viva é um programa de entrevista mantido pela Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista De Rádio E Tv Educativas. Ver mais em: Fundação Padre Anchieta. Disponível em: <<https://fpa.com.br/fundacao/>>. data de acesso: 8 de out. de 2022.

<sup>10</sup> O termo será utilizado para referir-se à Pastoral da Criança.

<sup>11</sup> Os dados estão disponíveis através do site: <https://si.pastoraldacrianca.org.br/pastcri-prg/>

exploratório da pesquisa foram observados os dados relativos à mortalidade infantil em dois períodos distintos no estado do Rio Grande do Sul.

No período de janeiro a dezembro de 2021, foram registradas apenas duas mortes de crianças menores de um ano; Nenhuma das duas mortes teve o motivo informado. No entanto é possível observar os avanços da política quando comparamos os dados de 2021 com os dados do período de janeiro a dezembro de 2010 conforme figura 2:

Figura 2 - Relatório de óbitos da pastoral da criança

**Relatório:** Contar Mortes por Causa Óbito .

**Considerar Todas as Comunidades.**

**Extrato de** Janeiro / 2010 **até** Dezembro / 2010 .

**Com relação a idade, considerar** as crianças Menores de 1 ano.

**Nenhuma Listagem Adicional foi Selecionada.**

<b>Causa</b>	<b>Mortes</b>	<b>% Mortes</b>
9 - Infecção Intestinal / Desidratação	1	2,70 %
11 - Parto Prematuro	2	5,41 %
14 - IRA / Pneumonia/Gripe/Outras	6	16,22 %
15 - Meningite	1	2,70 %
16 - Septicemia em RN	2	5,41 %
17 - Outras Infecções	1	2,70 %
21 - Outras Mortes Violentas	1	2,70 %
22 - Mal formação severa(morte até 28 dias)	1	2,70 %
24 - Outras causas de mortes	1	2,70 %
30 - hipoxia intra-uterina>anoxia	2	5,41 %
37 - Complicações placenta	1	2,70 %
41 - Comp. maternas afetam RN	4	10,81 %
42 - Morte súbita	1	2,70 %
50 - Tumores	1	2,70 %
55 - Celulite	1	2,70 %
63 - Asfixia/broncoaspiração( em > 28 dias)	3	8,11 %
70 - Insuficiência Respiratória do RN	2	5,41 %
72 - Anomalias Congênicas(cça>28 dias)	1	2,70 %
98 - Causas mal definidas	2	5,41 %
<b>(Indeterminadas)</b>		
99 - Causas de mortes não informada	3	8,11 %
<b>Total de Mortes:</b>		<b>37</b>

Fonte: Sistema de informação da Pastoral da Criança.

Tendo em vista que o objetivo principal da pastoral da criança é o combate à mortalidade infantil, fica evidente o avanço da proposta na comparação entre duas mortes infantis em 2021 e o índice de 37 mortes em 2010.

Segundo Arns, em entrevista ao programa Roda Viva, os agentes capacitados pela Pastoral da Criança, chamados de Líderes Comunitários, fazem o acompanhamento em média de 10 a 15 famílias, a depender da disposição de tempo de cada agente, e são eles quem coletam os dados para o sistema de monitoramento da Pastoral (2001). Outrossim, segundo Arns, o quantitativo relativamente baixo de famílias acompanhadas por cada agente e a proximidade cultural, torna o banco de dados preciso ao descrever as condições e particularidades do acompanhamento e monitoramento do grupo familiar (Roda Viva, 2001).

O monitoramento neste caso tornou possível a verificação do efeito da intervenção, que resultou, conforme dados supracitados, em uma redução considerável na variedade de eventos que levavam as crianças de até um ano de vida à morte. Outrossim, não se pode necessariamente considerar os efeitos de maneira isolada, portanto o pesquisador ao analisar os dados deve indagar ao objeto do ponto de vista heurístico e crítico para buscar uma estratégia de intervenção.

Como evidência, podemos destacar na entrevista Arns coloca a importância dos agentes locais como forma de valorização intelectual e material do público alvo, bem como facilitador do processo de gestão e implementação (Roda Viva, 2001). A valorização dos microssistemas de maneira descentralizada diminui a sobrecarga que decorre da hiper centralização. Visto que, em aspectos generalizados, a institucionalização pode prejudicar o acesso a determinadas políticas no âmbito local; A título de exemplo podemos destacar as disparidades de uma população vulnerável em uma cidade metropolitana, que estruturalmente, difere de uma população vulnerável em uma comunidade rural.

O registro dos dados tem por intuito mostrar o avanço da política pública materializada e em relação com o ambiente. Por sua vez, a interpretação, é a

inferência de hipóteses sobre os dados constitui um trabalho analítico que tem o objetivo de construir a trajetória de um objeto. A interpretação dos dados de monitoramento das políticas públicas contribui para a correção e orientação na tomada de decisão do gestor público.

Através do registro de dados de implementação é possível compreender os diferentes fatores ambientais que envolvem o objeto e causam o problema público, e em seguida fazer as alterações. A implementação de uma política pública é o momento onde a política pública inicia sua atividade e começa a produzir efeito no ambiente.

O problema na implementação se caracteriza por efeitos inesperados, como o não alcance de metas de cobertura ou exequibilidade. O pesquisador que atua no monitoramento exerce o papel técnico-político na implementação, pois, analisa o desempenho de acordo com os parâmetros pré-estabelecidos pelo formulador da política pública; parâmetros estes, que devem indicar os objetivos e as metas.

Os fatores apresentados no ambiente de implementação implicam diretamente no resultado da política pública. Ademais, os dados utilizados de forma generalizada para construir uma política pública a nível nacional, caso sejam estes dados herdados de outras regiões, não são capazes de discernir as particularidades regionais que afetaram o processo de implementação no futuro.

### **Política de gestão**

A implementação de uma política pública social acontece em dois níveis. **O primeiro nível** é determinado pela estrutura que normatiza a política pública e pelo fluxo dos sistemas de verificação dos usuários que receberam um benefício. A estrutura deve estabelecer quem será beneficiado com a política de seguridade social; tendo em vista que o Estado, ou até mesmo as instituições sem fins lucrativos, possuem recursos limitados frente a grande demanda da sociedade brasileira.

O benefício de assistência social será prestado, a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, conforme prevê o art.

203, V da Constituição Federal de 1988. Todavia, em razão da grande demanda, é demandado a cada possível beneficiário um rol de informações que são necessárias para comprovar a carência que requer o benefício assistencial.

As carências são necessárias para a triagem dos usuários. A exemplo deste aspecto, podemos observar as diretrizes utilizadas no antigo programa de redistribuição de renda Programa Bolsa Família (PBF):

A proposta do governo Lula foi a de unificar os demais programas e reformular o público alvo, ou seja, construir uma estrutura de gestão unificada de redistribuição de renda, ampliando a nível nacional uma política pública abrangente, que cooptou a população mais pobre do Brasil, que estava em idade ativa para o trabalho, mas não possuía renda, e com o foco principal nas crianças que o grupo mais vulnerável do ponto de vista social. (Camoretto, 2021, p. 28)

O PBF acrescentava valores adicionais ao benefício das famílias em razão de sua composição. O benefício adicional variava de acordo com a idade das crianças e a quantidade de menores de idade nas famílias, ademais estabeleceu condicionantes para que as crianças permanecessem na escola e fossem monitoradas pelos agentes de saúde.

Todos os parâmetros estavam na diretriz do programa. As carências possuíam o objetivo de selecionar beneficiários de acordo com a maior vulnerabilidade, tendo em vista a correta distribuição do benefício para o atendimento do objetivo do programa e também com vista ao orçamento.

Durante o planejamento o policy maker incluirá na proposta um fluxo padrão para a execução da política pública e também preverá procedimentos excepcionais baseado na experiência adjacente de dados coletados de propostas similares em micro regiões brasileiras, internacionalmente, ou de programas anteriores. Todavia não existe a possibilidade de prever todos os eventos e nem de concluir que o sistema de implementação, ao seguir este procedimento, funcionará e atingirá a sua finalidade.

O primeiro nível predispõe todas as coisas que foram mobilizadas para que a implementação acontecesse, e para que a proposta atingisse a sua finalidade. Ou seja, as etapas que foram previstas no planejamento para identificar quantitativamente arcabouço técnico necessário, disposição do material e a carência do serviço.

**O segundo nível** é gerado como uma subcamada do primeiro e se

forma de acordo com a experiência empírica dos agentes durante a implementação. Esta etapa leva em conta os obstáculos de ação encontrados em campo.

Nos primeiros anos da implementação de uma política pública são destacadas as práticas e procedimentos no ambiente empírico; Neste momento deve ser incluída na análise todas as metodologias de ação que foram mobilizadas de forma discricionária pelo agente de rua para alcançar resultados suficientes e cumprir a finalidade da política pública.

O agente de rua de políticas sociais pode encontrar realidades distintas das que foram previstas. Em algumas situações, visto que, não há norma específica para a situação ou por estar despreparado, o agente irá fazer uso da discricionabilidade pública para concluir a etapa do trabalho.

A complexidade da realidade encontrada pelo agente depende das características econômicas, geográficas e políticas de cada localidade. À medida em que nos aproximamos do objeto de estudo faz-se necessário abordar o contexto a que se refere a pesquisa. Desta forma elencamos abaixo atributos a respeito do ente pesquisado.

O município de São Borja localizado no interior do Rio Grande do Sul, segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, está entre os 588 municípios brasileiros localizados na Faixa de Fronteira<sup>12</sup> que é uma faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Outrossim, o município com cerca de 60 mil habitantes, está inserido no conjunto de cidade gêmeas<sup>13</sup> no âmbito nacional, com base no Art. 1 da Portaria nº 2.507, de 05/10/2021 do Ministério do Desenvolvimento Regional.

A fim de sanar lacunas empíricas foi realizada entrevista aberta com a atual gestora de desenvolvimento social, Helena<sup>14</sup>, que está à frente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS). Pretende-se através

---

<sup>12</sup> A disposição e a finalidade da Faixa de Fronteira estão estabelecidas no art. 20, II da Constituição Federal de 1988, tendo os parâmetros estabelecidos através da Lei N° 6.634, de 02/05/1979.

<sup>13</sup> Portaria nº 2.507, de 2021: Art. 1º Serão considerados cidades gêmeas os Municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

<sup>14</sup> Helena é um pseudônimo usado para anonimizar dados do entrevistado.

da entrevista conhecer os atos discricionários realizados pela secretaria visando destacar as metodologias escolhidas para alcançar a finalidade pública.

Na entrevista foram levantados alguns tópicos a fim de dialogar com o objeto de estudo. Desta forma, foram alvos de questionamentos os seguintes assuntos: a experiência de trabalho e formação da secretária, a estrutura que compõe a secretaria, a formação acadêmica dos agentes envolvidos no cadúnico, quais os procedimentos de implementação de políticas públicas federais, qual o grau de autonomia financeira da secretaria e os principais campos de atuação.

Como componente de análise cabe destacar o SUAS - Sistema Único de Assistência Social<sup>15</sup>, que é composto por quatro tipos de gestão : da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios. As responsabilidades da União direcionam a formulação, apoio, articulação e coordenação de ações (BRASIL, 2023). No âmbito municipal a SMDS está integrada ao Ministério da Cidadania (Órgão de referência nacional para políticas públicas de desenvolvimento social).

Vinculada às ações na área gestão municipais, segundo site oficial do município, compete a SMDS: Proporcionar o acesso às políticas sociais como CadÚnico<sup>16</sup>, e políticas derivadas deste; Disponibilizar assistência às pessoas em vulnerabilidade social; Criar, fomentar e fiscalizar programas habitacionais; Combater o trabalho infantil e a violência contra criança, adolescente, mulher e idosos; Estimular a geração de renda, através de cursos de qualificação e capacitação (São Borja, 2022).

A assistência social faz parte do tripé da seguridade social ao lado da previdência e da saúde. O CRAS - Centro de referência de Assistência Social e o CREAS - Centro de Referência Especializada de Assistência Social são as unidades de referência para os serviços nas áreas municipais, em São Borja

---

<sup>15</sup> O SUAS conforme estabelecido pela LOAS - Lei Orgânica Da Assistência Social (**LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993**) é o sistema de organização da assistência social que atua de forma descentralizada e participativa no âmbito da união, dos estados, distrito federal e dos municípios.

<sup>16</sup> O CadÚnico (Cadastro Único Para Programas Sociais) registra informações de famílias que possuam renda per capita de até três salários mínimos ou meio salário por pessoa. O cadastro permite o acesso a benefícios sociais direcionados ao grupo econômico supracitado. Ver mais em CAMORETTO, Taís Martins . A GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA. Monografia-bacharelado em Ciências Sociais - Ciência Política. Universidade Federal do Pampa. São Borja, p.75. 2021. Disponível em: <<https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/6161/1/Ta%C3%ADs%20Martins%20Camoretto%202021.pdf>>. Data de acesso: 8 de out. de 2022.

existem duas unidades de CRAS referenciadas junto ao governo federal e três unidades que são ramificações.

Atualmente a secretaria conta com diversas unidades que ramificadas conseguem dar suporte aos serviços prestados pela secretaria. A SMDS fica localizada no centro da cidade, neste local podemos encontrar o restaurante popular, a casa de acolhida, uma unidade do CRAS (CRAS Centro) e a padaria que fornece todos os alimentos e lanches servidos pela secretaria.

Existem unidades em bairros periféricos e pontos estratégicos que compõem a estrutura da SMDS. As demais ramificações que compõem a secretaria são: CREAS, CRAS Passo, CRAS Paraboi, CRAS Leonel Brizola, CRAS Arnaldo Matter, Centro Dia do idoso e o Abrigo para adultos e família (Helena, 2022).

Segundo a gestora, grande parte dos serviços prestados pela SMDS foram adaptados para atender as demandas atuais da seguridade social do município, é o caso do Abrigo para Adultos e Família, por exemplo, que substituí o antigo albergue municipal. A mudança aconteceu em razão da migração e imigração de famílias.

Na maioria dos casos, a migração ou a imigração, é feita por famílias inteiras compostas por menores e idosos (Helena, 2022). A antiga instalação do albergue municipal não previa este público alvo, neste sentido, eram proibidos os menores de 18 anos nesta instalação. Nas palavras da gestora:

A SMDS não conseguia acolher as pessoas de uma família de forma que elas pudessem ficar juntas. Então nós transformamos este albergue em Abrigo para Adultos e Família, então quando tem uma família chegando, ou de outro país como acontece aqui em uma terra de fronteira, nós temos 12 vagas ali, dificilmente nós chegamos a ocupar as doze vagas, mas no inverno nós ocupamos as doze vagas. (Helena, 2022)

O abrigo atua de forma permanente, oferecendo refeições aos usuários e ambientes para higiene pessoal. Nesta mesma instalação funciona o Centro Dia do idoso que faz parte do CREAS e atende das 9 até às 15 horas da tarde. O serviço conta com transporte próprio para realizar o deslocamento dos usuários até o centro onde passam o dia realizando atividades com suporte de profissionais especializados no atendimento desta faixa etária. Essa iniciativa busca promover a proteção especializada para pessoas com a idade avançada, esse tipo de serviço deve ser ampliado com passar do tempo tendo em vista as

estimativas demográficas para Brasil, em especial para o Rio Grande do Sul<sup>17</sup>.

Com vista ao aumento da população de idosos no município são realizadas atividades em parceria com a secretaria de saúde que visa à prevenção de quedas e acidentes. A gestora destaca que:

Nesta faixa da terceira idade têm surgido bastantes casos de abandono, algumas vezes pela questão das famílias terem que trabalhar cada vez mais e não tem com quem deixar o idoso, e os idosos na sua grande maioria precisam de um auxílio, ou por que tomam bastante medicação ou por questões de mobilidade e acaba acontecendo o abandono, a gente tem buscado olhar para estes público de uma forma diferente, como prevenção a fim de solucionar os problemas antes que as tragédias aconteçam. (Helena, 2022)

As ações destacadas pela gestora envolvem eventos culturais destinados a este público com atrações particulares como palestras com profissionais da saúde, eventos culturais com música tradicional e oficinas para a promoção da autoestima e saúde física e mental destes grupos. Em razão da dificuldade de captação de recursos a SMDS conta na maioria dos casos com parceiros do setor privado que financiam ou prestam serviços sem custo adicional para o município.

Uma das competências da SMDS é estimular a geração de renda, através de cursos de qualificação e capacitação. Para atingir esta finalidade o SENAR-RS<sup>18</sup> e o SENAC-RS<sup>19</sup> são parceiros constantes da secretaria, oferecendo cursos de natureza profissional como o curso de eletricista, atendente, operador de caixa.

A natureza dos cursos ofertados pela SMDS permite aos beneficiados a estrada facilitada ao mercado de trabalho tendo em vista a duração e a usabilidade destes serviços. As vagas são destinadas a usuários da seguridade social, neste sentido as inscrições são realizadas nas unidades do CRAS pelos assistentes sociais.

---

<sup>17</sup> Ver mais em: Pirâmides Etárias e Envelhecimento da População: O RS tem o mais alto Índice de envelhecimento do Brasil. Disponível em <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/piramides-etarias-e-envelhecimento-da-populacao>> 8 de out. de 2022.

<sup>18</sup> Criado em 15 de abril de 1993, o Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural é uma das entidades que compõem o Sistema Farsul, junto com a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul e com a Casa Rural, Centro do Agronegócio. Também está ligado ao Senar - Administração Central, que faz parte do Sistema CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (Senar-RS, 2022).

<sup>19</sup> Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - criado em 10 de janeiro de 1946 através do decreto-lei 8.621. É uma entidade privada com fins públicos que recebe contribuição compulsória das empresas do comércio e de atividades semelhantes. Tem por intuito desenvolver e integrar pessoas ao mundo do trabalho com ações de educação. SENAC. O SENAC. Disponível em: <<https://www.senac.br/>>. Data de acesso: 03 de jan. de 2023.

Os benefícios de integração ao mercado de trabalho são geralmente ofertados com parcerias feitas com entidades privadas que cedem profissionais que realizam a capacitação seja em suas dependências ou nas dependências da secretaria. Todavia existe uma iniciativa que segundo a gestora tem se destacado de forma inovadora, o projeto Mão na Massa, que promove a capacitação preferencialmente de mulheres com certificação. O projeto é promovido de forma autônoma pela secretaria sem gerar nenhum custo adicional.

Nós trabalhamos com o que nós temos. Em nossas instalações tem uma padaria que funciona para atender as ações. Nós temos grupos de convivências, no mínimo cinco em cada CRAS e quando as pessoas se reúnem no grupo de convivência elas recebem um lanche, tem todo o movimento da Casa de Acolhida, o Centro Dia do Idoso e o Restaurante Popular que serve 30 refeições diárias de segunda a sexta-feira. A nossa padaria fornece suporte alimentar para todas estas ações. Nós temos um padeiro muito disposto o seu Neri, e como o trabalho da padaria começa cedo ele termina cedo, mas tem horário para cumprir, então ele me procurou e perguntou se nas demais horas quem sabe nós poderíamos montar alguns cursos no tempo que sobrava para ele. Então, eu não tenho um profissional caro, pois ele já está dentro da nossa folha de pagamento, e nós usamos a produção da padaria para fazer estes cursos.

Toda a produção que é feita diariamente é usada para a profissionalização. Nós montamos as turmas do curso, segunda-feira abre a turma de padeiras, nós estamos dando preferência para o sexo feminino, pois notamos uma grande demanda de mães chefes de família procurando uma oportunidade de trabalho, então nós montamos um viés justamente para este público. Colhe-se as inscrições e elas passam durante uma semana realizando todos os processos da padaria, aprendendo a fazer cacetinho, bolachas, rosquinhas, pães, e todos os lanches e os cafés que são servidos aqui. O nosso padeiro passa toda a receita e o aprendizado e conhecimentos prático que ele possui para elas, e no final da semana nós fazemos a entrega dos certificados e tentamos incluir os participantes do curso nas vagas de trabalho que são oferecidas por alguns parceiros. (Helena, 2022)

A autonomia da secretaria é importante, pois existem particularidades locais que não são perceptíveis ou observadas muitas vezes quando se utiliza de uma análise generalizada. A percepção da gestora sobre a capacitação de pessoas de grupos sociais vulneráveis de forma prioritária contribui para o alcance de princípios constitucionais que dizem respeito à seletividade, previsto no art. 194, III, (Brasil 1988), respaldando o tratamento de acordo com a necessidade.

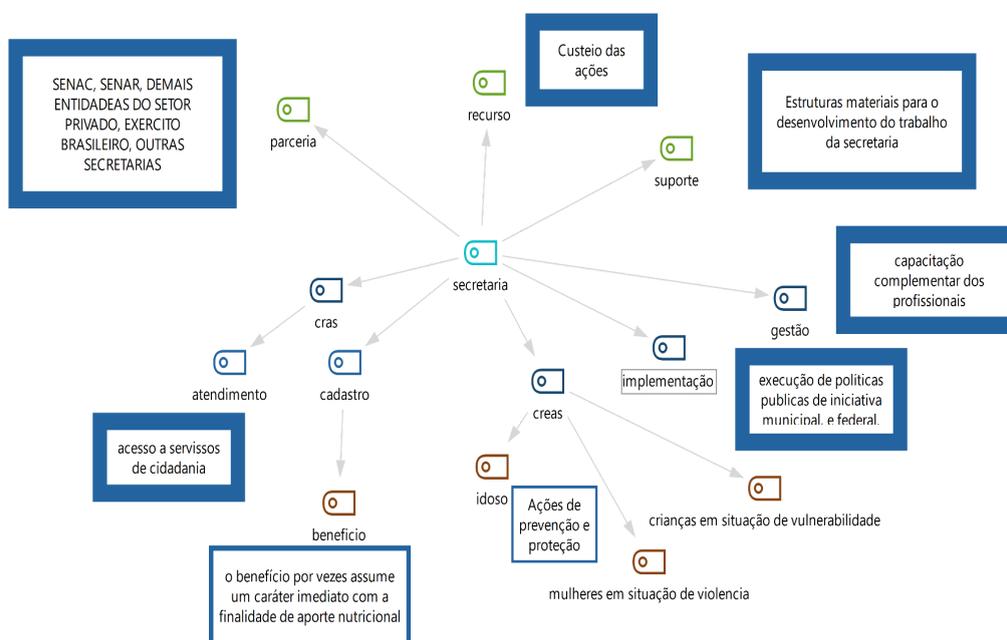
A ausência de recurso discricionário para a instituição, segundo a gestora, é uma das principais dificuldades (Helena, 2022), fator que destaca a falta de equidade entre os orçamentos no município. O baixo orçamento para a

seguridade social é um fator que atinge todo o Brasil, e que “diminuiu de cerca de R\$ 3 bilhões em 2014, ano de maior orçamento do período recente, para valores próximos a R\$ 1 bi em 2021 e 2022, conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA)” (Carranço, 2022).

Mesmo com este percurso orçamentário, segundo a gestora, existe uma melhora constante na oferta de benefícios eventuais como o de funeral e de natalidade, e a distribuição de cestas básicas que se dá em razão dos recursos vindos do município (Helena, 2022). O aumento da disposição de oferta de benefícios, não significa que estes são suficientes para atingir a demanda local. Porém representa um avanço da autonomia da gestão de assistência social no município.

Com o suporte do software de pesquisa qualitativa MAXQDA, foi possível mapear a estrutura relacional das ações da secretaria no município. Na imagem abaixo é possível identificar tanto a estrutura de coordenação que interage com a secretaria como os mecanismos de ação e implementação de políticas públicas.

Figura 4 - Estrutura relacional da secretaria de desenvolvimento social



Fonte: desenvolvida pelo autor com dados da entrevista realizada à secretaria de desenvolvimento social de São Borja-RS.

A dimensão que envolve a secretaria possui uma dinâmica complexa que

compreende a relação com diversos atores para o alcance das metas no atual cenário político e econômico. Para além disto, existe a necessidade de uma compreensão técnica do exercício da discricionariedade vinculada às prerrogativas do SUAS.

Com a finalidade de superar as barreiras entre o trabalho de campo e as atividades burocráticas a SMDS realiza reuniões periódicas. As reuniões têm o intuito de fomentar ideias de aprimoramento do serviço, integração, e adaptação para as novas medidas legislativas (Helena, 2022).

A implementação de políticas públicas, segundo a gestora, é feita de acordo com as normativas expedidas para a execução das medidas, porém não existe necessariamente uma oferta de capacitação específica para cada medida (Helena, 2022). Todas as ações são com base na legislação vigente, não havendo neste sentido uma comunicação entre a estrutura de execução e os responsáveis pelo desenvolvimento da política pública.

Observando o aspecto da capacitação do agente que faz a triagem dos beneficiários de programas sociais no município de São Borja, existem plataformas de capacitação. Porém, os materiais disponibilizados na plataforma não refletem as atividades do dia a dia do profissional (Helena, 2022). Outrossim, a capacitação dos técnicos para o uso das interfaces, bem como dos mecanismos de abordagem dos beneficiários, ficam a cargo dos gestores cumuladas com atividades burocráticas.

Os mecanismos de monitoramento são parte importante dos processos de implementação, tendo em vista que, são estas evidências que destacam a maneira como os agentes conduzem as práticas para alcançar o objetivo de uma política pública. Mesmo que as práticas não estejam previamente fundamentadas na implementação de um projeto, a análise do contexto (quando, onde, por quê) em que as ações são realizadas e os resultados constroem o elemento empírico de uma realidade que pode servir como base de conhecimento.

As evidências ajudam a entender as causas do problema, e a identificar a efetividade da proposta governamental escolhida para o enfrentamento do problema. O gestor local, não é mero tomador de decisões, pode criar uma solução mais adequada ou promover ajustes, no entanto existe uma sobrecarga

técnica no exercício da função conforme relatado nas entrevistas.

O monitoramento durante o processo de implementação, neste sentido, promove indicadores que orientam os ajustes servindo como referência para a ampliação ou criação de propostas, locais ou não. O conhecimento a respeito das particularidades locais promove eficiência quanto aos resultados, sendo indissociável dos dados externos ao tomador de decisões.

Sobre a tomada de decisão, cabe ressaltar que gestor por vezes se responsabiliza por um grande cumulado de tarefas, dentre elas ações puramente burocráticas que acabam engessando seu olhar sobre a finalidade do programa. O engessamento pode prejudicar o burocrata na autoavaliação de suas ações e também prejudicar a aproximação do cotidiano da política pública.

Tendo em vista que existe um lapso de informação entre os gestores locais e os profissionais que elaboraram a finalidade da política<sup>20</sup>. É através do monitoramento que se torna possível a identificação de problemas ou eventuais desvios de finalidade na aplicação de medidas.

Para os municípios de pequeno porte principalmente, ainda existe uma lacuna de conhecimento científico sobre as estratégias de implementação. Haja visto a dificuldade ou impossibilidade do município autoavaliar-se, é importante o fomento de pesquisadores para esta área com o objetivo de compartilhar e aprimorar o conhecimento. O fortalecimento de estruturas locais, como estratégia descentralizada, tem beneficiado a implementação no sentido em que torna a tomada de decisão mais transparente devido à facilidade com que justifica a ação.

### **A proposta de pesquisa**

Um estudo feito pelo IMDS - Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social aponta que os filhos dos primeiros beneficiários do programa bolsa família, em sua maioria, conseguiram sair da situação de vulnerabilidade social. Desta forma, é possível afirmar que políticas públicas de redistribuição de renda

---

<sup>20</sup> Não se pretende com esta afirmação colocar a responsabilidade da capacitação de gestores locais sobre os entes federais, uma vez que o cargo corresponde a uma função política comissionada de livre escolha do executivo.

são eficazes no rompimento do ciclo intergeracional da pobreza. Ainda, conforme pesquisa realizada IMDS:

Os resultados mostram que no ano de 2019, 20% desses que eram dependentes do PBF em 2005, então com idade entre 21 e 30 anos, permaneciam como beneficiários do programa, enquanto, 64% encontravam-se fora do Cadastro Único. Ainda vemos que 45% deles acessaram o mercado formal de trabalho ao menos uma vez entre os anos de 2015 e 2019 ( p.1 ,2023).

O acesso ao mercado formal de trabalho é um indicador positivo, pois expressa uma independência relativa do Estado e uma melhora da qualidade de vida através do aumento da renda mensal.

Numa análise do estado do Rio Grande do Sul é possível destacar quantitativamente alguns indicadores relevantes para esta pesquisa. A população estimada no Rio Grande do Sul pelo IBGE censo 2022 foi 10.880.506 habitantes, desta forma o estado conta com a 6º maior população do país.

Segundo dados fornecidos pelo Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico<sup>21</sup>, atualmente no Rio Grande do Sul<sup>22</sup> existem 1.546.109 famílias cadastradas no Cadastro Único<sup>23</sup>. Apesar do cadastro único comportar famílias com renda de até três salários mínimos a taxa de atualização<sup>24</sup> do cadastro mais alta é de famílias que recebem até meio salário mínimo por integrante, correspondendo a 86%.

Deste número, um total de:

- 141.387 famílias estão em situação de pobreza;
- 520.747 famílias estão em situação de extrema pobreza;
- 297.895 estão qualificadas como famílias de baixa renda;
- 586.080 famílias têm renda mensal acima de ½ salário mínimo por pessoa;

---

<sup>21</sup> Esta ferramenta permite conhecer as características socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas no Cadastro Único (domicílio, faixa etária, trabalho, renda etc.) bem como saber quais famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

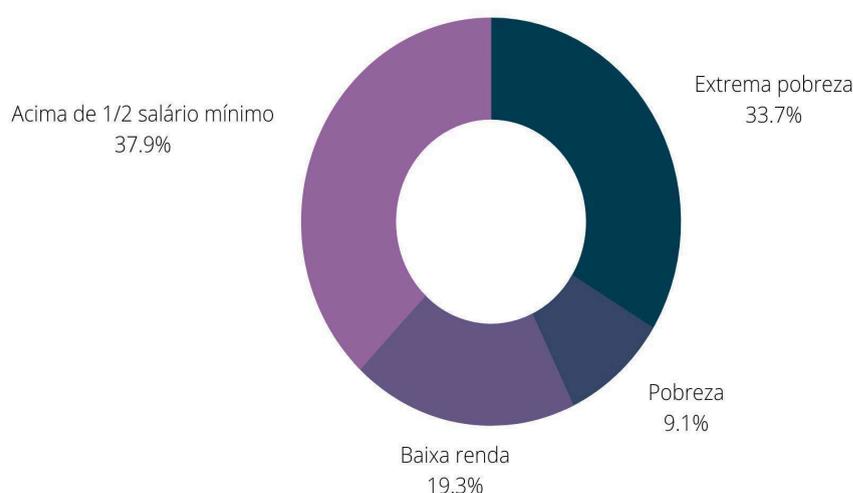
<sup>22</sup> Estado brasileiro localizado na região Sul

<sup>23</sup> Famílias cadastradas no Cadastro Único possuem a renda mensal total de até 3 salários mínimos, via de regra se aplica a pessoas que tenham direito a algum benefício vinculado ao programa.

<sup>24</sup> A taxa de atualização é um indicador de permanência no sistema cadastral, o que se reflete na manutenção de benefícios destinados a esta faixa econômica.

Entre a população mais vulnerável hoje no estado do Rio Grande do Sul o contingente de famílias em situação extrema pobreza

Figura 5 - Percentual de famílias em situação de vulnerabilidade social de acordo com a renda no Rio Grande do Sul



Fonte: Elaboração própria de acordo com dados extraídos do Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico.

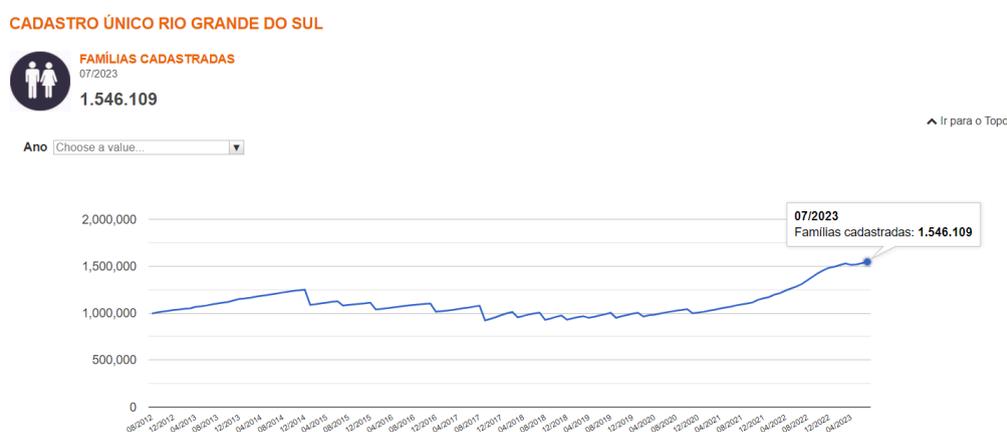
No Brasil não existe um marco oficial que determine qual é a renda familiar que corresponde à situação de pobreza e extrema pobreza. Cada mecanismo social determina através de seu texto de lei qual a renda elegível para o público alvo.

No ano de 2021 até início de 2023, segundo a normativa do Auxílio Brasil § 1º, I e II são consideradas pessoas situação de pobreza, aquelas cuja renda familiar per capita mensal se situe entre R\$ 105,01 (cento e cinco reais e um centavo) e R\$ 210,00 (duzentos e dez reais); e em situação de extrema pobreza, pessoas com renda familiar per capita mensal igual ou inferior a R\$ 105,00 (cento e cinco reais) (BRASIL, 2021).

Conforme gráfico fornecido pelo Ministério da Cidadania que nos traz dados de 2012 a 2023, podemos perceber que de outubro de 2017 a dezembro de 2020 o quantitativo de famílias cadastradas no cadúnico no Rio Grande do

Sul ficou em torno de 1.000.000 e no início de 2021 (possivelmente estimulado pelos restrição do Auxílio Emergencial e reingresso na crise econômica) o número de cadastramentos acende e ultrapassa o quantitativo de 1 milhão e meio de famílias cadastradas.

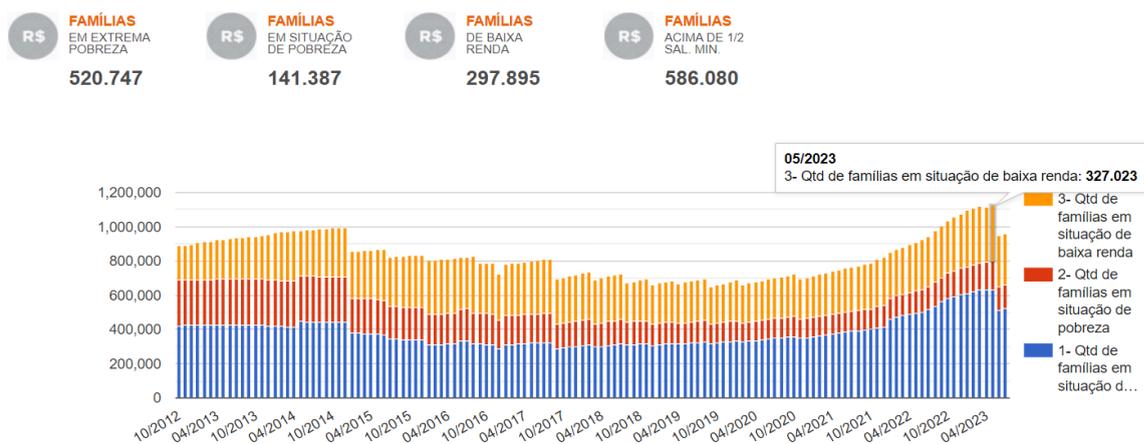
Figura - 6, famílias cadastradas no CadÚnico do estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Cead – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico.

Abaixo podemos destacar o perfil socioeconômico de 2012 a 2023 em uma faixa histórica. No início de 2012 a maioria dos cadastrados estava em situação de extrema pobreza, este índice segue uniforme até final de 2014 e início de 2015. No ano de 2022 cerca 600 mil famílias estavam em situação extrema pobreza superando as marcas anteriores do estado gaúcho.

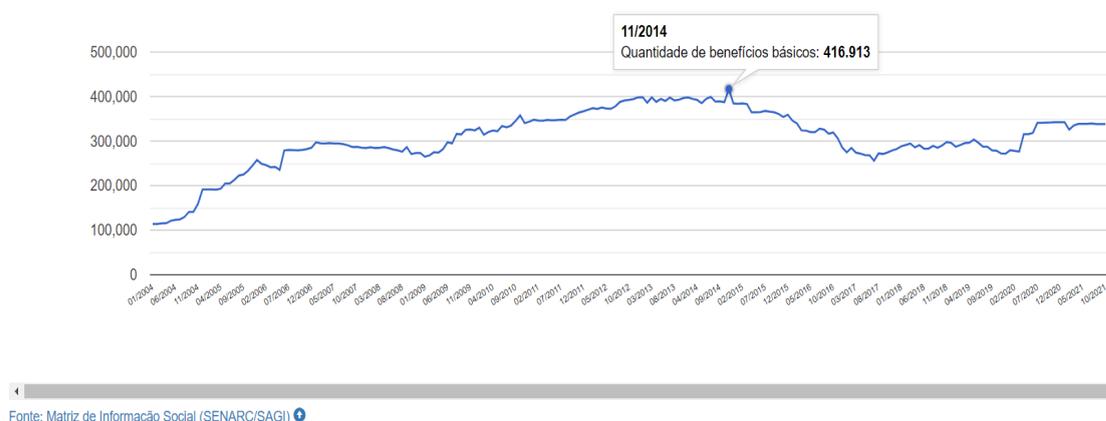
Figura 7 - Famílias em situação de baixa renda



Fonte: Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico.

O número de famílias que recebem o benefício do Bolsa Família é bem menor que o número de famílias no Cadastro Único que se enquadram no perfil socioeconômico do PBF conforme gráfico abaixo. Podemos perceber que o índice de benefícios concedidos sofre influências distintas visto que a concessão depende da disponibilidade de orçamento público, desta forma o seu grau de variação é diferente, ou seja, a demanda é atendida de acordo com o orçamento, e não pelo enquadramento econômico do programa.

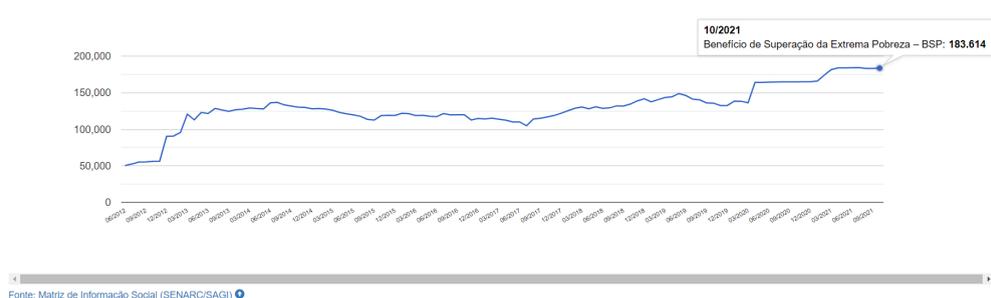
Figura 8 - Número de benefícios do PBF concedidos no Rio Grande do Sul de 2004 à 2021.



Ainda, dentre os beneficiários do programa de redistribuição de renda vigente no período de 2012 a 2021, quase 200.000 famílias recebiam um valor

adicional a fim de estimular a superação da extrema pobreza. Conforme gráfico abaixo, tem uma taxa linear até 2017 no estado do Rio Grande do Sul. Subsequente a este período a taxa de concessão do adicional aumenta progressivamente, no entanto não atinge o número de famílias dentro da faixa de extrema pobreza registradas no CadÚnico do estado.

Figura 9 - Benefício de Superação da Extrema Pobreza

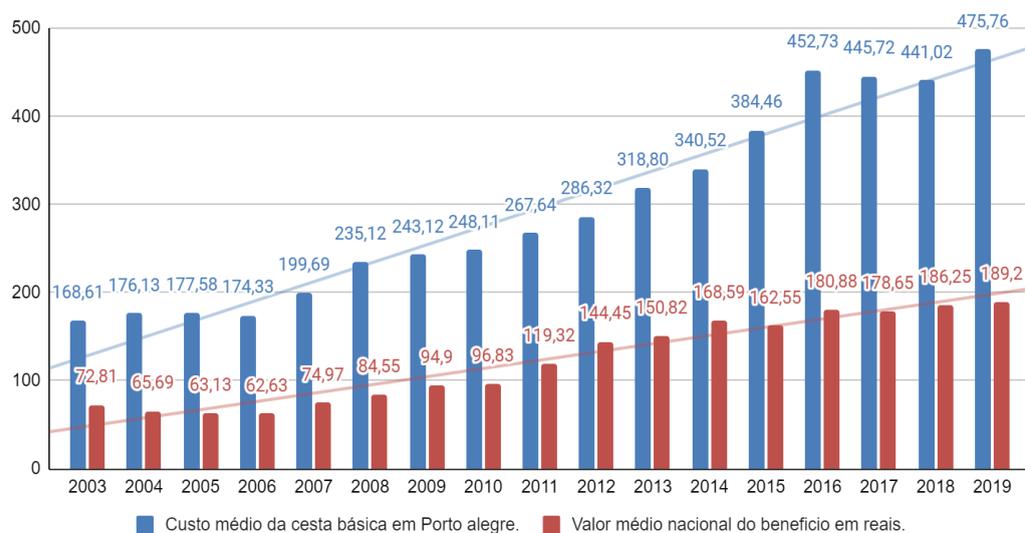


As variáveis apresentadas acima vão até o ano de 2021 pois o governo eleito no ano de 2020, governo de Jair Messias Bolsonaro, implementou um novo programa, o Auxílio Brasil, que ampliou a compensação financeira e atribuiu mais responsabilidades aos municípios relativo ao quantitativo financeiro que as famílias poderiam receber.

Outrossim cabe ressaltar a importância do valor transferido para a subsistência de muitas famílias. No ano de 2014 o Brasil havia saído do mapa mundial da fome e em razão de fatores econômicos e políticos o nosso país retornou ao mapa no cenário mundial em 2022.

Abaixo podemos observar dois gráficos que nos trazem a análise do ambiente econômico vivido pelos beneficiários de programas de redistribuição de renda na última década. Um dos gráficos traz a evolução histórica da média do valor em reais do benefício de transferência de renda a nível nacional. Na sequência, observamos a média anual do valor da cesta básica na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

Figura 10 - Poder de aquisição de alimentos para os beneficiários do PBF no Rio Grande do SUL



Fonte: Elaboração própria. O gráfico surge do cruzamento de dados extraídos da plataforma DIEESE com dados do Boletim Bolsa Família e Cadastro Único N°53, 2019.

O valor dos benefícios de prestação continuada no Brasil não são uniformes, eles variam de acordo com a composição familiar. É possível observar relacionando os gráficos acima que o valor da média nacional do benefício de transferência de renda em nenhum momento de 2005 á 2019 ultrapassou o valor médio da cesta básica no RS. Os indicadores relacionados à situação de vulnerabilidade social no Rio Grande do Sul não são os ideais, nem mesmo a quantidade de benefícios analisados acima, até o ano de 2020.

### O impacto Auxilio Brasil

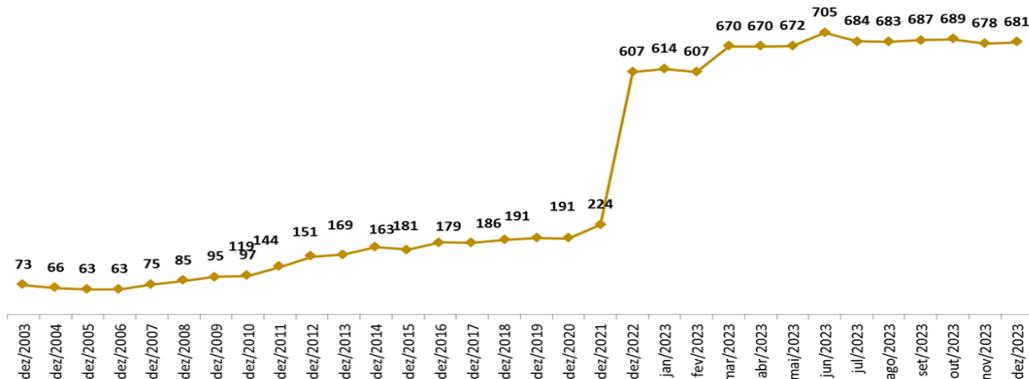
Após o período pandêmico no ano de 2020 questões de renda mínima ganharam visibilidade no cenário nacional impulsionando o aumento de repasses a benefícios sociais, A medida provisória que promoveu o aumento dos valores e ampliou o número de beneficiados foi votada e aprovada pelo congresso nacional resultando no texto da lei N° 14.284, de 29 de dezembro de 2021. O texto institui dois novos programas em substituição a dois modelos anteriores. O Auxílio Brasil e o Alimenta Brasil em substituição ao Bolsa Família e ao programa de Aquisição de Alimentos.

A nova proposta revoga a medida anterior, no entanto o Auxilio Brasil criado pelo governo Bolsonaro - governo de 2018 a 2022- preservou a essência

do programa Bolsa Família em seus condicionantes e em parte da lógica de transferência. Distinguindo se em algumas ações complementares que promovem um acréscimo no benefício financeiro, porém essas novas ações atribuíram mais tarefas ao município na gestão do programa. As implementações dos majorantes do benefício foram pouco definidas o que dificulta a sua incorporação na realidade, visto que dependiam da atuação municipal.

O novo programa foi revogado no primeiro ano de mandato do governo Lula, eleito no ano de 2022. A política pública passou novamente a se chamar Bolsa Família uma vez que o programa anterior divergia estruturalmente, pois vinculava a transferência de renda a uma lógica meritocrática, desta forma criando uma responsabilização maior para os usuários em relação ao benefício.

Figura 11 - Evolução do valor médio do benefício, valores nominais, em reais (R\$)



Fonte: MDS

Os valores do gráfico elencado acima representam um avanço nas políticas de proteção social visto que hoje o valor do benefício faz frente ao custo da cesta básica de alimentos nacional que segundo o Dieese (2023), considerando 17 capitais brasileiras, corresponde ao valor médio de 654,30 (seiscentos e cinquenta e quatro reais com trinta centavos). A tendência sugere que melhores possibilidades para o desenvolvimento humano, visto que a ação de transferência de renda é acrescida por outras ações voltadas ao desenvolvimento social, como ações locais de educação, saúde e emprego.

Como proposta a proposta objetiva desta obra compreende a análise de implementação do Auxílio Brasil no Município de São Borja como base para este estudo de caso, buscamos fazer a análise de implementação que compreende o período novembro de 2021 até o ano de 2023. Desta forma abordado o contexto político de implementação bem como a sua viabilidade.

Considerando a importância das políticas públicas para o desenvolvimento social do país como medida de enfrentamento ao período de recessão econômica. A análise do desempenho da gestão municipal na implementação é o fator que expressa o grau de alcance das metas e objetivos do Programa Auxilio Brasil no contexto local.

Pela análise da gestão de uma política pública é possível se aproximar das ações eficientes para alcançar os objetivos através da análise dos indicadores, outrossim abre a possibilidade de observação do comportamento político dos gestores. O Programa Auxilio Brasil, tem objetivos claros que não se limitam ao fornecimento de renda direta. Desta forma, carece de um olhar generoso de seu implementador.

Fazer parte de um programa federal de redistribuição de renda ajuda a ampliar a visão do município sobre a própria realidade. Desta forma é importante perceber de que maneira os atores sociais percebem a sua importância no planejamento, implementação e avaliação do programa onde atuam.

O programa teve o mesmo público alvo do Programa Bolsa Família, que é a faixa de renda mais baixa da população brasileira, pessoas que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. A política pública aqui observada busca através dos condicionantes inserir os usuários em sistemas que estimulariam o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza<sup>25</sup>.

Segundo o Governo Brasileiro, durante o período de implementação do Auxilio Brasil foram consideradas em situação de extrema pobreza famílias com renda per capita de até R\$105,00 mensais, e em situação de pobreza, famílias com renda per capita até R\$210,00 mensais; No entanto, enquadrar-se

---

<sup>25</sup> O ciclo intergeracional da pobreza é entendido como um sistema complexo relacionado à privação, por um período prolongado. A privação intencional segundo Bird (2007) se caracteriza pela ausência de educação e alimentos, e pela ausência de políticas públicas de capital cultural e social. Na perspectiva deste autor a pobreza é consolidada por fatores materiais e imateriais. (MOTTA; PARENTE, 2018. apud BIRD, K. 2007)

economicamente em situação de pobreza não torna uma família elegível para o recebimento do benefício. De acordo com o art. 4, IV, §2º:

As famílias que se enquadrarem na situação de pobreza apenas serão elegíveis ao Programa Auxílio Brasil se possuírem em sua composição gestantes, nutrizes ou pessoas com idade até 21 (vinte e um) anos incompletos (Brasil, 2021).

Assim como o programa Bolsa Família o Auxílio Brasil mantém o foco no desenvolvimento intergeracional<sup>26</sup> como proposta a longo prazo. O foco neste grupo tem a intenção de que estas crianças possam desfrutar das ações complementares da transferência de renda e alcançar um bem estar futuro.

O núcleo do programa é formado por quatro benefícios básicos que são destinados a ações de transferência de renda condicionada. Estes benefícios financeiros buscam atender a necessidades imediatas como a nutrição dos membros da família, estruturados da seguinte forma:

I - O benefício Primeira Infância melhor, para famílias, destros do público alvo, que possuam crianças de zero até três anos incompletos. O valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) foi pago mensalmente, de forma integral e individual.

II - O benefício de composição familiar contempla famílias com gestantes, nutrizes ou pessoas com idade entre 3 e 21 anos de idade incompletos. O benefício é individual, no valor de R\$65,00 (sessenta e cinco reais) mensais, pagos integralmente por tal situação. O art. 4º, IV, § 5º da lei que normatiza o Auxílio Brasil acrescenta que o benefício de composição familiar apenas será pago aos integrantes entre 18 e 21 anos que já tenham concluído a educação básica ou que estejam matriculados (BRASIL, 2021).

III - O benefício superação da extrema pobreza, é adicionado no caso de o grupo familiar permanecer em situação de pobreza nos termos da lei que regula o Auxílio Brasil, mesmo somados os benefícios acima. O valor é calculado por integrante do grupo familiar, e poderá ser pago cumulativamente.

IV - Benefício Compensatório de Transição. Este tem por intuito compensar famílias que tiveram redução no valor do benefício em relação ao valor que recebiam no antigo Bolsa Família ou em relação ao auxílio emergencial que substituiu o Bolsa Família em 2020. O art. 4º, IV, § 9º dispõe que para fins de cálculo será considerado o mês imediatamente anterior a

---

<sup>26</sup> Almeja romper com o ciclo intergeracional da pobreza ao longo de duas ou mais gerações.

revogação da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

A estrutura do programa Auxílio Brasil conta com mais cinco benefícios financeiros de acordo com o art. 5º da lei que normatiza o programa. Os benefícios complementares são, segundo o texto da lei do Auxílio Brasil, incentivos ao “Esforço Individual e à Emancipação Produtiva” (Brasil, 2021).

São eles: Auxílio Esporte Escolar, Bolsa de Iniciação Científica Júnior, Auxílio Criança Cidadã, Auxílio Inclusão Produtiva Rural, Auxílio Inclusão Produtiva Urbana. Observa-se que as três primeiras propostas de incentivo são voltadas à promoção de atividades destinadas a crianças e adolescentes. As duas últimas fazem parte do Programa Alimenta Brasil em substituição ao programa de Aquisição de Alimentos.

Os valores dos benefícios complementares variam entre R\$100,00 e R\$200,00 reais distribuídos em 12 parcelas para o beneficiário direto, somados a um benefício de parcela única no valor de R\$1.000,00 reais para a família do menor de idade que receber o benefício complementar de Auxílio Esporte Escolar e Bolsa de Iniciação Científica Júnior.

Os benefícios complementares são medidas que exigem uma ação por parte do beneficiário e também da administração pública. A medida busca incentivar práticas de inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho através da auto responsabilização e do incentivo financeiro.

O Auxílio Criança Cidadã, por exemplo, é uma medida que visa à contratação de creches privadas para crianças beneficiárias do Auxílio Brasil. A contratação e seleção das instituições privadas fica a cargo do município, mais especificamente, da secretaria de educação, tendo por base o art. 211, § 2º da Constituição Federal de 1988.

O Auxílio Esporte Escolar é um subsídio que se destina a jovens entre 12 e 17 anos, beneficiados pelo Auxílio Brasil que participem de competições oficiais do sistema de jogos escolares brasileiro. O fato de haver o requisito da participação em competições oficiais pode gerar um empecilho relacionado aos jovens de cidades afastadas dos grandes centros e com menor integração nesta área.

A prática esportiva no âmbito escolar por sua vez, traz incentivos de cooptação e manutenção de jovens e adolescentes na escola. Uma das

referências para a afirmação anterior é:

No aspecto social, a iniciação esportiva pode ajudar a criança estabelecer relações com as pessoas e com o mundo; no aspecto filosófico, pode ajudá-la a questionar e compreender o mundo; no aspecto biológico, conhecer, utilizar e dominar o seu corpo; no aspecto intelectual, auxiliar no seu desenvolvimento cognitivo. (ALVES, 2004 apud RAMOS; NEVES, 2008 p.6)

Ainda, o incentivo financeiro promovido pelo Auxílio Brasil direcionado ao esporte corrobora para a participação de jovens em situação de vulnerabilidade, que talvez sem a presença da medida seriam excluídos destas atividades. Um dos principais desafios de implementação de medidas como estas a nível nacional é acompanhar o desenvolvimento dos beneficiários.

A desigualdade é um fenômeno contínuo que implica grande parte da trajetória de um grupo social. A transferência de renda e bem como os condicionantes não mudam de imediato a realidade de um indivíduo. As ações desta modalidade de política pública tem seus efeitos a longo prazo. Em um primeiro garantindo a nutrição básica e em um segundo momento dando acesso a espaços que promovam novas perspectivas de vida em oposição a situação de vulnerabilidade.

A Bolsa de Iniciação Científica Júnior, da mesma forma que o Auxílio Esporte Escolar, requer a participação do jovem em competições a nível nacional, mais especificamente, o aluno deve ser destaque em competições acadêmicas e científicas nacionais. O Ministro de Estado da Cidadania e o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações ficam responsáveis, nos termos da legislação, pelos procedimentos de concessão e pagamento. No entanto, cabe ao nível municipal o incentivo para que tais atividades sejam desenvolvidas.

Sobre a iniciação científica ainda na educação básica existe uma quantidade significativa de estudos que apontam a sua aplicação relacionada a um ensino de excelência. Um projeto de iniciação científica desenvolvido em colaboração com a Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPESQ/UFRGS), Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROEXT/ UFRGS) e Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul ao avaliar sua os impactos de sua iniciativa obteve o seguinte resultado:

Interessantemente, os alunos que completaram três anos de projeto obtinham conceitos similares aos alunos de graduação da

universidade em testes de Fisiologia e Bioquímica. Os resultados foram ainda comparados em relação ao tempo de engajamento com o projeto e, como esperado, os alunos que completavam três anos de projeto obtiveram melhores resultados dos que os não participantes ou os participantes por apenas um ou dois anos, independentemente do ano escolar em que se encontravam, demonstrando que a melhora no ensino não era apenas uma questão de maturidade natural obtida com o avançar da idade, e sim fruto de um processo contínuo de aquisição de conhecimento pelo próprio aluno, por meio do método científico (Heck et al. p.458, 2012)

No projeto acima, houve um processo de monitoramento dos aprendizados dos alunos. A coleta de dados foi aplicada a cada seis meses através de questionários. Um dos dados relevantes a serem aludidos, conforme supracitado, é o aparelhamento intelectual entre os alunos da graduação e os do ensino médio demonstrando as possibilidades de desenvolvimento humano ainda em tenra idade.

A proposta de redistribuição de renda condicionada trata de uma medida complexa que atua de forma descentralizada e intersetorial. Para promover a segurança social vai atuar em parceria com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e seguirá o modelo de gestão utilizado pelo Programa Bolsa Família, dividindo as competências e responsabilidades de gestão entre os estados, municípios e o Distrito Federal.

A descentralização permite que os entes federados, a União, Distrito Federal, estados e municípios compartilhem entre si processos e mecanismos de tomada de decisão, criando uma base de cooperação para o combate à pobreza, consolidando o Pacto Federativo. Na esfera municipal é feita a coleta de dados dos usuários e o cadastramento no Cadastro Único - CadÚnico, que fará a seleção do público alvo para a concessão dos benefícios básicos, de acordo com verificação dos dados do grupo familiar, e com o orçamento público destinado ao programa. Neste sistema os estados têm o papel de auxiliar os municípios na capacitação e coordenação das ações.

É papel do município através da Secretaria de Assistência Social fornecer a mão de obra e a estrutura material para que seja viável o cadastramento possibilitando identificação socioeconômica, para que recebam acesso aos programas de proteção social. A fim de qualificar o processo de implementação, a União irá manter os mecanismos de incentivos e

monitoramentos já empregados no programa e transferência de renda anterior.

A normativa que regulamenta a Bolsa de Iniciação Científica Júnior dispõe de forma objetiva as características para o recebimento da bolsa como benefício complementar do Programa Auxílio Brasil. A particularidade se apresenta no critério e na comprovação da atividade:

Art. 54. A Bolsa de Iniciação Científica Júnior será concedida aos estudantes integrantes das famílias que recebam os benefícios financeiros do Programa Auxílio Brasil previstos no art. 22 e que tenham se destacado em competições acadêmicas e científicas, de abrangência nacional, vinculadas a temas da educação básica. (BRASIL, 2021)

O decreto que regulamenta a elegibilidade do benefício, não estabelece de que maneira será ofertada a iniciação científica, e nem a forma pela qual este grupo terá acesso a estas medidas, desta forma, abrindo espaço para a discricionariedade municipal. Para alguns municípios - como São Borja<sup>27</sup>, que possui três instituições públicas de ensino superior públicas - existe a tendência da formação de parcerias com as universidades locais.

A implementação das medidas complementares dependeu de vários fatores, entre eles a capacitação de gestores e a aplicabilidade. Em entrevista realizada com servidor do SEAS - Secretaria do Estado de Assistência Social, lotado no DAS - Departamento de Assistência Social do Rio Grande do Sul, foi possível identificar demandas comuns dos municípios ao estado e ainda a impossibilidade de uma formação complementar para a implementação de políticas públicas.

No âmbito estadual a equipe que auxilia os municípios na gestão de políticas públicas vinculadas ao CadÚnico é o DAS. Este departamento é composto por quatro pessoas: um sociólogo, um antropólogo, um assistente social e um chefe de divisão. O chefe de divisão incorpora uma função política relacionada ao executivo estadual (FONSECA, 2023).

O DAS busca atender a sua demanda tal qual instituída pelo pacto federativo, bem como pela própria legislação de implementação do programa Auxílio Brasil. Neste sentido: O Estado procura oferecer os instrumentos necessários para que o município consiga executar a política pública, oferecendo informações de tudo que está vinculado ao MDS e promovendo

---

<sup>27</sup> O município de São Borja conta com a Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, o Instituto Federal Farroupilha - IFF - RS, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS e outras instituições de cunho privado.

ações de educação permanente, principalmente aos municípios menores (FONSECA, 2023).

Segundo relato, os municípios menores são prioridade pois em diversas situações contam com a escassez de recursos humanos ou ainda com um único servidor acumulando todas as atribuições de uma secretaria municipal (FONSECA, 2023).

Nas ações de educação permanente o estado busca aglutinar o maior número de participantes possível, em razão dos recursos disponíveis tanto humanos como financeiros serem escassos (FONSECA, 2023). Ainda, em razão do número da composição da equipe não é possível a realização de suporte técnico presencial e exclusivo a um município (FONSECA, 2023).

A ferramenta de suporte principal para os municípios são sistemas de informação de diversas áreas, neste sistema o município tem acesso a um banco de dados com informações do MDS (FONSECA, 2023). Em razão da autonomia municipal, a partir da adesão ao programa federal, o município é responsável pela gestão do programa na esfera local, não cabe desta forma ao executivo federal ou estadual a atividade de fiscalização ou co-responsabilidade das ações municipais de implementação. Outrossim, conforme art. 31 da Carta Magna de 1988, compete ao poder legislativo municipal a fiscalização das ações do município como forma de controle externo, e internamente pelo próprio município.

Quando a união almeja uma ação diversa por parte da esfera municipal o MDS institui incentivos financeiros ao município. A título de exemplo, podemos usar o caso da migração do Auxílio Brasil para o Bolsa família em 2023.

O MDS na transição do auxílio Brasil para o Bolsa Família criou um programa de incentivo financeiro para que os municípios realizassem buscas ativas relacionadas às pessoas que possuíam vínculo na qualidade de família unipessoal.

Existiu na perspectiva do MDS um entendimento de que o conceito estava sendo mal interpretado e que na verdade haveria membros da mesma família recebendo benefícios individualmente. O MDS então solicitou que os municípios realizassem visitas a pessoas qualificadas como família unipessoal para verificar a realidade fática. Em contrapartida, o município receberia uma prestação pecuniária pelas visitas. Após a visita as pessoas poderiam ser mantidas em seu cadastro ou excluídas por não cumprir os critérios de exigibilidade (Fonseca, 2023).

O município ocupa um papel central na implementação de políticas públicas no Brasil. Considerar a sua estrutura física e de governo é relevante

para que haja um diálogo da política pública não apenas em sentido estrito com o governo mas com o público alvo da iniciativa. A saber, os incentivos propostos de maneira complementar tem potencial de afetar positivamente a vida das famílias em situação de vulnerabilidade, no entanto a ausência de uma estratégia municipal pode inviabilizar a ação.

Diante dos dados levantados foi possível aferir que não há um planejamento de implementação de políticas públicas federais no município de São Borja que tenha objetivos globais. As demandas locais são sanadas a curto prazo de forma emergencial em razão da demanda e da sobrecarga organizacional.

Cabe ressaltar que o planejamento é uma técnica determinada pelo art. 174 da Carta Magna. Percebe-se pelo texto constitucional a notoriedade do tema que já possui regulamentação de acordo com a lei 4.320 de 64 que dispõe sobre as finanças públicas, bem como por outras normativas.

Para além do fator elencado acima, a gestora local não possui formação voltada a questões de assistência social, o que pode implicar nas capacitações fornecidas pelo município aos agentes técnicos. É através do município que o estado mapeia o público alvo da política pública, bem como institui ações de caráter preventivo e protetivo<sup>28</sup> que são possíveis através dos dados coletados pelos cadastradores do CadÚnico. Consequentemente percebemos a grandeza do trabalho desenvolvido localmente, pois é a partir dele que o cidadão acessará direitos e garantias que permeiam as políticas públicas nacionais e municipais de desenvolvimento social.

### **O produto técnico como ferramenta de compartilhamento de saberes**

Através da análise percebeu-se uma tendência centralizadora nas secretarias de educação de assistência social de São Borja. As secretarias desempenham suas ações dando ênfase a iniciativas próprias que são desenvolvidas conforme a sua percepção das necessidades municipais. Desta forma a implementação de políticas públicas federais são incorporadas de

---

<sup>28</sup> O formulário de cadastramento do CadÚnico reúne informações sobre escolaridade, renda, domicílio, saúde e informações específicas de grupos vulneráveis e étnicos.

forma subalterna ou auxiliar. Fator que implicou no não desenvolvimento integral da implementação do Auxílio Brasil.

Existem no município diversas ações que são empreendidas de forma autônoma pelas secretarias como por exemplo a oferta de café da manhã em escolas localizadas nos bairros com maior vulnerabilidade (Flavia<sup>29</sup>, 2023). A formação continuada para professores oferecida em parceria com instituições de ensino superior como Instituto Federal Farroupilha- IFF/RS e a Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA/campus São Borja também podem embasar o perfil gestor do município, indicando a parceria local como norteadora de suas ações (Flavia, 2023).

Através da observação é possível identificar que as estruturas administradas pelas secretarias possuem diversas demandas imediatas, que pela propriedade da característica preenchem o olhar do administrador. Na solução destas se dá prioridade à solução com recursos próprios e as opções seguintes são alocadas conforme o grau de proximidade do município. Uma tradução mais simplista da sentença anterior é afirmar que o município tem um diálogo maior com o estado do que com a união mesmo não havendo hierarquia entre os entes neste caso em específico.

O ponto destacado não se trata de um atributo negativo do perfil gestor, mas enfatiza a relevância de incluir ou a internacionalização e nacionalização do conhecimento aplicado na solução de problemas vinculados ao desenvolvimento social. Os gestores passam grande parte de seu tempo atribuídos à coordenação de estruturas administrativas diversas. A secretária de desenvolvimento social, por exemplo, é responsável pela prestação de serviços que envolvem um amplo aspecto da dignidade humana.

Além da ampla demanda em ações administrativas, os secretários ocupam cargos políticos que para sua manutenção requerem não apenas um bom exercício mas a construção de uma imagem positiva diante da sociedade. Reduzir os ocupantes de cargos políticos a gestores é ignorar uma estrutura de governabilidade estabelecida de forma periódica e eletiva.

Na proposta de implementação do Auxílio Brasil deveriam estar envolvidas pelo menos quatro secretarias: Secretaria de Cultura, Turismo,

---

<sup>29</sup> Flavia é um pseudônimo usado para anonimizar dados da entrevista.

Esporte e Lazer, Secretaria de Educação, Secretaria de Desenvolvimento Social e a Secretária de Agricultura e Meio-Ambiente. O envolvimento delas se dá em razão das competências municipais e da respectiva adesão do município ao programa.

Como agentes de implementação das propostas adicionais, estas secretarias deveriam fomentar, a partir da adesão ao programa, as possibilidades necessárias para que os jovens beneficiados pelo Auxílio Brasil tivessem acesso aos benefícios adicionais do programa. Em entrevista com o secretário da educação, tendo em vista que três das bolsas oferecidas pelo programa Auxílio Brasil se davam em ambiente escolar<sup>30</sup>, ao ser questionado sobre a sua participação na implementação do programa, o gestor informou que não estava ciente da necessidade de sua participação e que não havia tomado conhecimento da medida.

No entanto, os artigos 34 e 35 da CF(1988)<sup>31</sup> bem como a própria adesão ao programa realizada pelo município tornam estabelecida a competência de ação por parte do município. Para a implementação do Auxílio Criança Cidadã por exemplo, que subsidia o pagamento de creches privadas ou comunitárias, o convênio com estas entidades deveria ser realizado pelo município que através do Auxílio Brasil forneceria o subsídio.

Uma vez que o portal da transparência onde é possível realizar o download das informações do Auxílio Brasil só habilita os valores médios recebidos pelas famílias de acordo com cada mês de vigência do programa por município. Não foi possível através do portal da transparência identificar a variação correspondente aos subsídios adicionais. Neste ínterim, examinaram-se as circunstâncias de implementação a partir do conhecimento dos secretários. Ademais, estes conhecimentos vão elencar os assuntos a serem abordados no produto técnico.

Almeja-se com a proposta abordar no produto técnico os objetivos a longo prazo das políticas públicas de transferência de renda condicionada e elencar os resultados já perceptíveis através de indicadores nacionais de evasão escolar, alfabetização e melhorada qualidade de vida. O conteúdo trará

---

<sup>30</sup>São elas: Do Auxílio Esporte Escolar, Auxílio Criança Cidadã e a Bolsa de Iniciação Científica Júnior.

<sup>31</sup> A Constituição Federal brasileira de 1988 veda a intervenção de uma unidade da federação sobre a outra e lista um rol taxativo de exceções.

o resultado de pesquisas em políticas públicas que abordaram o tema a fim de qualificar o cenário informacional.

Trata-se portanto de um produto de mídia social que busca aproximar o conhecimento científico dos atores políticos relacionados à política pública. Um exemplo do uso desta abordagem é o canal Pesquisa FAPESP no youtube. Através deste perfil no youtube a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) publica vídeos de ciência e tecnologia produzidos pela Revista Pesquisa FAPESP.

O canal da plataforma possuía na data da consulta 91,5 mil inscritos e 440 vídeos publicados. Os conteúdos são disponibilizados também através de publicações mensais impressas e podcasts. Outrossim:

Pesquisa FAPESP é a única revista jornalística especializada em cobrir a produção científica e tecnológica do Brasil. Por meio de reportagens, vídeos e podcasts, aborda resultados de pesquisa nacional, em todos os campos do conhecimento, que se destaquem por seu impacto intelectual, social ou econômico. Seu objetivo é ampliar o acesso aos resultados, tratando ao mesmo tempo de pessoas, instituições e processos envolvidos no fazer científico. (Revista Pesquisa FAPESP)

Ampliar o acesso aos resultados da produção científica promove a democratização do conhecimento. Outrossim promove uma aproximação pós-graduado com a aplicação científica corroborando com os preceitos do mestrado profissional.

Internacionalmente podemos mencionar o site jove.com como uma prática semelhante à aludida anteriormente. O “Jove é o produtor e fornecedor líder mundial de vídeos científicos com a missão de melhorar a pesquisa científica e a educação” (MyJoVE Corporation, 2023). A plataforma é um periódico científico em vídeo, revisado por pares, que busca tornar mais ágil a aquisição de conhecimento.

Tendo em vista a operacionalização de um produto técnico de acordo com a temática da presente obra, implementação de políticas públicas no município de São Borja, o produto terá como público alvo a sociedade em geral. Pretende-se desta forma tornar mais simples a linguagem em torno do conhecimento a respeito das políticas públicas de redistribuição de renda condicionada tendo como objetivo a sua melhor adesão por parte dos municípios e beneficiários.

## **Considerações finais**

A experiência democrática brasileira é singular. Somos um país de dimensão continental onde existem três entes federados autônomos econômica e politicamente. No ano de 2023, o Brasil ocupou o topo do ranking de concentração de renda mundial segundo relatório Global Wealth Report do banco Suiço UBS em 2023. De acordo com o relatório quase metade da riqueza do país (48,4%) está nas mãos de apenas 1% da população fator que influencia a não consolidação dos objetivos fundamentais expostos no art. 3º da Constituição Federal que busca uma sociedade livre justa e igualitária. Nesta ceará, através dos objetivos fundamentais presentes na Carta Magna e estabelecidos através de normas correlatas, a união, os estados, o Distrito Federal e os municípios somam força para promover através das políticas públicas o acesso a uma vida digna que ostente o status da cidadania plena, onde o indivíduo seja portador de direitos, deveres e possa autoderminar-se.

O Auxílio Brasil foi uma proposta de política pública incremental que em seu texto incorporou novas formas de desenvolvimento como a inclusão tecnológica e o microempreendedorismo. A complexidade da proposta e sua brevidade não permitiu que no caso do município de São Borja - RS houvesse a implementação integral do programa. Outrossim, o programa contribuiu para o aumento do valor dos repasses e a ampliação da oferta de auxílios através da incorporação da demanda frente ao governo Bolsonaroista.

Por esse ângulo, o desenvolvimento de um produto técnico tem o objetivo de causar um impacto positivo tanto para administradores públicos como para pesquisadores. Uma vez que a estratégia busca facilitar o acesso aos conceitos fundamentais para o desenvolvimento e articulação de políticas públicas, o produto técnico no formato audiovisual pode auxiliar no processo educacional de pesquisadores e gestores na área. Ampliando a capacidade do gestor ou pesquisador de desafiar-se através de objetivos e metas propostos pela política pública através da incorporação dos conceitos.

Políticas públicas que buscam o desenvolvimento de indivíduos são ações que requerem complexidade na articulação somadas a um longo prazo a

fim de que se obtenha indicadores capazes de indicar seus níveis de eficiência, eficácia e efetividade. Neste sentido, não há como quantificar os efeitos do programa Auxílio Brasil de forma geral, no entanto a ampliação dos recursos de distribuição de renda pode ser indicado como um fator relevante da proposta.

Em síntese, pelo que indicam os dados socioeconômicos apresentados, podemos afirmar que eles indicam que ainda existe uma longa jornada para a superação da desigualdade em nosso território. O Programa Auxilio Brasil foi um marco importante para o avanços das políticas públicas de redistribuição de renda pois tornou fatural o aumento dos valores do benefício. A forma como as instituições atuam é o que propicia as oportunidades e muitas vezes as condições habilitadoras da cidadania.

Assim abre-se a possibilidade de observação do comportamento político na inclusão social. Outrossim destaca-se a importância da ampliação das políticas públicas, uma vez que continuamos entre os países mais desiguais do mundo. Desta forma, cabe ressaltar a necessidade do aprimoramento da implementação de políticas públicas no âmbito local e regional somada à necessidade de mais profissionais capacitados para a atuação local.

## 6

### REFERÊNCIAS

AFONSO, Rui de Britto Álvares. Descentralização e reforma do Estado: a Federação brasileira na encruzilhada. *Economia e Sociedade, Revista de Economia da Unicamp*, 2000, n° 14, p. 127-152.

Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul. Crescimento Populacional: O Brasil e o Estado nos últimos 50 anos apresentaram queda nas suas taxas de crescimento, 2022. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/crescimento-populacional>>. data de acesso 21 de set. 2023.

ALVES, Geane de Souza. A Educação Física na primeira fase do Ensino Fundamental. 2004. 57 f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Fundação Unirg, Gurupi, 2004. In: RAMOS, Adamilton Mendes; NEVES,

Ricardo Lira Rezende. A Iniciação Esportiva e a Especialização Precoce à Luz da Teoria da Complexidade – Notas Introdutórias. Revista Pensar a Prática, v.11, n.1, p. 1-8, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 17 Jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Manual do pesquisador – cadastro único para programas sociais do governo federal. Brasília - DF, 2018.

BRASIL. Ministério do Esporte. Gestão do Suas. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/gestao-do-suas>>. Acesso em 16 de Abr. de 2023.

BRASIL. [DECRETO Nº 10.852, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021](#). O Decreto regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela [Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021](#). Presidência da República - Secretaria Geral. 2021.

BRASIL. LEI Nº 14.284, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui o Auxílio Brasil. Diário Oficial da União, DF, Edição: 246 | Seção: 1, 2021.

CARRANÇA, Thais. 'Ela morreu após 10h na fila por benefício': assistência social tem menor orçamento em uma década. Uol Notícias, 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2022/09/16/ela-morreu-apos-10h-na-fila-por-beneficio-assistencia-social-tem-menor-orcamento-em-uma-decada.a.htm?cmpid=copiaecola>>. Data de acesso: 13 de jan. de 2023.

CAMORETTO, Taís Martins. A GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA. Monografia-bacharelado em Ciências Sociais - Ciência Política. Universidade Federal do Pampa. São Borja, p.75. 2021.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; BRONZO, Carla. Intersetorialidade no enfrentamento da pobreza: o papel da implementação e da gestão. in: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. (org). Implementação de políticas públicas: teoria e prática. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

Cecad – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico. Disponível em: [https://cecad.cidadania.gov.br/painel01.php?p\\_ibge=43#](https://cecad.cidadania.gov.br/painel01.php?p_ibge=43#). data de acesso 10 de setembro de 2023.

CNBB - Igreja Católica Apostólica Romana. Disponível em: <<https://www.cnbb.org.br/>>, data de acesso:08 de set. de 2022.

DANDARA, Luana. Cinco dias de fúria: Revolta da Vacina envolveu muito mais do que insatisfação com a vacinação. Portal Fiocruz. 2022. Disponível em : <https://portal.fiocruz.br/noticia/cinco-dias-de-furia-revolta-da-vacina-envolveu-muito-mais-do-que-insatisfacao-com-vacinacao#:~:text=A%20Revolta%20da%20>

[Vacina%20deixou.de%20vacina%C3%A7%C3%A3o%20contra%20a%20var%C3%ADola](#). Data de acesso: 13 de abr. de 2022

DALCIN, Kellen C.; KAUCHAKJ, Samira. Processo de consolidação e normatização de políticas públicas no Brasil: estudo comparativo da implementação das políticas de Assistência Social e de Proteção e Defesa Civil. O Social em Questão - Ano XVIII - nº 33 - 2015.

DIEHL, Astor Antônio. Do Método Histórico. - 2. ed. - Passo Fundo: UPF, 2021.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Análise de cesta Básica. Disponível em : <<https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?comboBuscaDirigida=TIPO%7C1320958613608>>. data de acesso: 12 de fev. de 2024

ESTEVES, Uliana. Expandindo a “missão”: articulações para a (inter)nacionalização de uma “rede de solidariedade”. Horis. Antropol. Porto Alegre, ano 24, n. 52, p.223-248, set./des.2018.

FARIAS, Luciana de; DIAS, Rafael de Brito. O Cadastro único: a consolidação de uma infraestrutura para programas sociais. Revista Teoria & Pesquisa, v. 27, n. 1, 2018, p. 22-47.

Flavia, pseudônimo. Secretária de educação de São Borja. Entrevista concedida a Taís Martins Camoretto. São Borja, UNIPAMPA, 2023.

FONSECA, Tales Flores da. Sociólogo lotado no SEAS - Departamento de Assistência Social do estado do Rio Grande do Sul. Entrevista concedida a Taís Martins Camoretto. São Borja, UNIPAMPA, 2023.

GEMAQUE, Adrimauro. A Pandemia Agravou a Desigualdade de Renda e a Pobreza no Brasil. EcoDebates, 2021. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/05/21/a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil/>. Data de acesso: 14 de dez. de 2022.

Heck et al. / Iniciação científica no ensino médio: um modelo de aproximação da escola com a universidade por meio do método científico. RBPG, Brasília, supl. 2, v. 8, p. 447 - 465, março de 2012.

Helena, pseudônimo. Secretaria de desenvolvimento social de São Borja. Entrevista concedida a Taís Martins Camoretto. São Borja, UNIPAMPA, 2022.

Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social – Imds. Mobilidade Social no Brasil: Uma análise da primeira geração de beneficiários do Programa Bolsa Família Artigo No. 05 (AR-IMDS-05-2023) Rio de Janeiro - RJ, 2023.

MATUS, Carlos. O Plano como Aposta. São Paulo em perspectiva. 5 (4): 28-42 out/dez. 1991.

Motta, A. M. & Parente, C. (2019). Pobreza intergeracional no complexo de favelas do São João – Rio de Janeiro – Brasil. *Ámbitos. Revista Internacional de Comunicación*, 44, 13-32

My JoVE Corporation. Sobre nós, 2023. Disponível em: <<https://www.jove.com/about>>. Data de acesso: 17 de nov. de 2023.

PADILHA, Luis Andre Antunes. A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Dissertação (Mestrado em Política Pública), Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. São Borja, p. 80. 2023.

PASTORAL DA CRIANÇA. disponível em : <https://www.pastoraldacrianca.org.br/>. Data de acesso: 08 de set. de 2022. \_\_\_\_\_ . Estatuto da Pastoral da Criança. anexado e registrado no 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Curitiba, sob o nº 14839, no livro “A”, em 15/12/1995, é uma sociedade civil de direito privado, de natureza filantrópica, sem fins lucrativos, com atuação em nível nacional e duração por prazo indeterminado, sede e foro na cidade de Curitiba, na Rua Jacarezinho, nº 1691, Bairro Mercês. Disponível em <<https://www.pastoraldacrianca.org.br/categoria-institucional/68-estatuto>> data de acesso: 30 de dez. de 2022.

\_\_\_\_\_. Guia do Líder da Pastoral da Criança: para países de língua portuguesa. - 17 ed. - Curitiba, 2017.

\_\_\_\_\_. Sistema de informação da Pastoral da Criança. Disponível em: <https://si.pastoraldacrianca.org.br/pastcri-prg/>

Pesquisa FAPESP, Youtube, Disponível: <<https://www.youtube.com/@PesquisaFAPESP>>. Data de acesso: 17 de nov. de 2023.

Revista Pesquisa FAPESP. Quem somos. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/quem-somos/>>. Data de acesso: 17 de nov. de 2023.

Roda Viva. Zilda Arns - 20/10/2001, Youtube, 6 de Dez. de 2010, Disponível em: <<https://youtube.com/watch?v=oDaRyT4XG9U>>. Acesso em 02 de jan. de 2022.

SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985. \_\_\_\_\_ . Pobreza Urbana. 2ºed, São Paulo: Hucitec, 1979.

SÃO BORJA, Secretaria do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<https://www.saaborja.rs.gov.br/index.php/desenvolvimento-social>>. Data de acesso: 08 de set. de 2022.

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade - São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 2º Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SASSE, Cintia. Recordista em desigualdade, país estuda alternativas para ajudar os mais pobres. Agencia Senado. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres> data de acesso: 8 de set. de 2022.

SENAR-RS. SENAR - Serviço de aprendizagem rural. Disponível em <<http://www.senar-rs.com.br/>>. Data de acesso: 10 de set. de 2022.

SENAC. O SENAC. Disponível em: <<https://www.senac.br/>>. Data de acesso: 03 de jan. de 2023.

SOUZA, Jessé. A ralé Brasileira: Quem é e como vive. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

UBS Financial Services. Global Wealth Report. 2023. Disponível em: <https://www.ubs.com/microsites/latamaccess/pt/wealth-planning/articles/global-wealth-report-2023.html#wealth>. Data de acesso: 10 de abr. de 2024.

VERBI Software. MAXQDA 2022 [computer software]. Berlin, Germany: VERBI Software, 2022. Disponível em: [https://www.maxqda.com/pt/software-analise-qualitativa?gclid=Cj0KCQjwnP-ZBhDiARIsAH3FSRdYlr02Ltk9MOcR-biRg4Ez1Wvi3yeNqvsauHCACC3tdfvLY97nA58aAo-IEALw\\_wcB](https://www.maxqda.com/pt/software-analise-qualitativa?gclid=Cj0KCQjwnP-ZBhDiARIsAH3FSRdYlr02Ltk9MOcR-biRg4Ez1Wvi3yeNqvsauHCACC3tdfvLY97nA58aAo-IEALw_wcB) Acesso em: 07 set. 2022.

7

## APÊNDICES

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS MESTRADO PROFISSIONAL

#### PRODUTO TÉCNICO

Nome: Taís Martins Camoretto

Título da dissertação: Política pública de redistribuição de renda: o caso da implementação do Auxílio Brasil no município de São Borja - RS.

Link do repositório da dissertação:

Título do produto técnico/tecnológico: Descomplicando Políticas Públicas

Tipo do produto técnico/tecnológico: Produto Audiovisual

Subclassificação do produto técnico/tecnológico: Desenvolvimento de Tecnologia social

Link do repositório do produto técnico/tecnológico:

<https://www.youtube.com/@mestradopolicaspublicas-120/streams>

Instituição estudada (locus da pesquisa): Gestão de políticas Públicas de redistribuição de renda

Orientador: Ronaldo Bernardino Colvero

Data da titulação:

## APRESENTAÇÃO

O mundo que nos circunda tem apresentado uma grande valorização à cultura da Comunicação audiovisual. O conhecimento como elemento cultural da sociedade tem se adaptado às diferentes formas de interação do cotidiano, uma vez que produção e o domínio de diferentes tipos de conhecimento são elementos necessários de participação econômica na sociedade.

A presente obra, como produto técnico, tem a finalidade de promover a ampliação do conhecimento sobre Políticas Públicas através da utilização de ferramentas tecnológicas. O produto técnico desenvolvido dar-se-á em um modelo audiovisual, formado por quatro vídeos de dez a vinte minutos, ministrado por doutores, com as seguintes temáticas:

- **Davide Carbonai:** Conceito de políticas públicas; o modelo adotado no Brasil; conceito de Welfare State e modelos;
- **Cesar Luciano Filomena:** O papel do gestor municipal na implementação: Atribuições; o perfil humano; sugestão de ações; Boas Práticas; Orçamento Público: Políticas públicas e a estrutura descentralizada, responsabilidades administrativas. Descentralização política e administrativa;
- **Solange Emilene Berwig:** Qual a finalidade das políticas de redistribuição de renda e a sua importância; Municipalidade; Capital social e econômico; desigualdade; Bem estar social.
- **Tiago Costa Martins:** Conceito de desenvolvimento regional; Estratégia; Participação Social; Inovação; Gestão voltada para pessoas.

### 1.1 OBJETIVOS DEFINIDOS:

O objetivo do produto é incentivar melhores resultados na implementação de políticas públicas sociais, por meio do trabalho desempenhado pelos servidores; destacar a importância do conhecimento interdisciplinas e capacitações para desenvolvimento e evolução do servidor público; refletir a

respeito dos fatores programáticos das políticas públicas e de sua importância para uma boa gestão.

## **2. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS**

A proposta possui um viés qualitativo, uma vez que preza pela qualidade da construção do conhecimento com ênfase nas boas práticas realizadas ao interesse público.

O Mestrado profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa possui um quadro de Professores com grande notoriedade. Neste ínterim foram selecionados pelo currículo profissional quatro doutores de acordo com três temáticas na área de gestão de políticas públicas locais. Os doutores foram selecionados a fim de enriquecer a proposta do produto técnico uma vez que possuem o mais alto grau de qualificação educacional da região.

O roteiro foi definido pelo currículo e afinidade dos doutores relacionando sua área de conhecimento. Desta forma, foram estabelecidas perguntas chaves para nortear o conteúdo disposto no material. Como ferramentas foram utilizados o sistema Google Meet para gravação e o Canva para editoração do material.

### **CONTRIBUIÇÕES GERAIS:**

O avanço tecnológico é acompanhado pelas novas formas de produzir e disseminar cultura (conhecimento). A proposta pretende contribuir para ampliar a presença do programa de pós-graduação em políticas públicas através do Youtube que é uma plataforma gratuita de grande impacto na sociedade. Desta forma, objetivamos alcançar um grande número de pessoas, principalmente, as envolvidas nos processos de implementação de políticas públicas. Neste ínterim promover a aproximação do conhecimento científico e técnico com as ferramentas de difusão de informação e oportunizar a experiência audiovisual para mestrandos da área de políticas públicas.

## 5. POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO

Este produto técnico evidencia o alto impacto de potencialidade em termos de sua aplicação, pois pode ser empregado de imediato por qualquer instituição ou mesmo buscado de forma individual através do youtube. Outrossim, contribuirá auxiliando pesquisadores no início de sua trajetória relacionada às políticas públicas, uma vez que o trabalho reflete o conhecimento de pesquisadores e doutores atuantes no cenário federal.

## **Produto 1**

### **Ficha Técnica:**

Título: Descomplicando Políticas Públicas: Welfare State

Ano de produção: 2024

Origem: Brasil, São Borja - RS

Duração: 00:14:03

Classificação: Livre

Gênero: Educativo

Colaboração: Prof. Dr. Davide Carbonai

E-mail: [davide.carbonai@gmail.com](mailto:davide.carbonai@gmail.com)

Direção: Taís Martins Camoretto

E-mail: [tais.m.camoretto@gmail.com](mailto:tais.m.camoretto@gmail.com)

Professor Orientador: Ronaldo Bernardino Colvero

E-mail: [ronaldocolvero@unipampa.edu.br](mailto:ronaldocolvero@unipampa.edu.br)

Estabelecimento de ensino: Universidade Federal do Pampa - Unipampa

Edição: Taís Martins Camoretto

Sonoplastia: Alex Grohl

## **Produto 2**

### **Ficha Técnica:**

Título: Descomplicando Políticas Públicas: Política Pública e Política

Ano de produção: 2024

Origem: Brasil, São Borja - RS

Duração: 00:26:11

Classificação: Livre

Gênero: Educativo

Colaboração: Prof. Dr. César Luciano Filomena

E-mail: cesarlucianofilomena@gmail.com

Direção: Taís Martins Camoretto

E-mail: tais.m.camoretto@gmail.com

Professor Orientador: Ronaldo Bernardino Colvero

E-mail: ronaldocolvero@unipampa.edu.br

Estabelecimento de ensino: Universidade Federal do Pampa - Unipampa

Edição: Taís Martins Camoretto

Sonoplastia: Alex Grohl

### **Produto 3**

#### **Ficha Técnica:**

Título: Estratégia no Campo das Políticas Públicas

Ano de produção: 2024

Origem: Brasil, São Borja - RS

Duração: 00:20:01

Classificação: Livre

Gênero: Educativo

Colaboração: Prof. Dr. Tiago Costa Martins

E-mail: tiagomartins@unipampa.edu.br

Direção: Taís Martins Camoretto

E-mail: tais.m.camoretto@gmail.com

Professor Orientador: Ronaldo Bernardino Colvero

E-mail: ronaldocolvero@unipampa.edu.br

Estabelecimento de ensino: Universidade Federal do Pampa - Unipampa

Edição: Taís Martins Camoretto

Sonoplastia: Alex Grohl

## **Produto 4**

### **Ficha Técnica:**

Título: Política Pública de Assistência Social

Ano de produção: 2024

Origem: Brasil, São Borja - RS

Duração: 00:29:33

Classificação: Livre

Gênero: Educativo

Colaboração: Prof.<sup>a</sup> Dra. Solange Emilene Berwig

E-mail: [solangeberwig@unipampa.edu.br](mailto:solangeberwig@unipampa.edu.br)

Direção: Taís Martins Camoretto

E-mail: [tais.m.camoretto@gmail.com](mailto:tais.m.camoretto@gmail.com)

Professor Orientador: Ronaldo Bernardino Colvero

E-mail: [ronaldocolvero@unipampa.edu.br](mailto:ronaldocolvero@unipampa.edu.br)

Estabelecimento de ensino: Universidade Federal do Pampa - Unipampa

Edição: Taís Martins Camoretto

Sonoplastia: Alex Grohl